



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARLOVA ANDRÉIA BOSETTI

**“TRABALHO UM TANTÃO ASSIM,
CANSAÇO É BASTANTE SIM”: A CONCILIAÇÃO DE JORNADAS NA
PERSPECTIVA DO TRABALHADOR**

CHAPECÓ, 2017

MARLOVA ANDRÉIA BOSETTI

**“TRABALHO UM TANTÃO ASSIM,
CANSAÇO É BASTANTE SIM”: A CONCILIAÇÃO DE JORNADAS NA
PERSPECTIVA DO TRABALHADOR**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Claudete Gomes Soares

CHAPECÓ

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Bosetti, Marlova Andréia
"TRABALHO UM TANTÃO ASSIM, CANSAÇO É BASTANTE SIM":
A CONCILIAÇÃO DE JORNADAS NA PERSPECTIVA DO TRABALHADOR/
Marlova Andréia Bosetti. -- 2017.
79 f.

Orientadora: Dra. Claudete Gomes Soares.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS , Chapecó, SC, 2017.

1. Trabalho e Capitalismo. 2. Ideologia do Trabalho.
3. Trabalho e Gênero. 4. Acúmulo de Jornadas. 5.
Enfermagem. I. Soares, Dra. Claudete Gomes, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MARLOVA ANDRÉIA BOSETTI

**TRABALHO UM TANTÃO ASSIM, CANSAÇO É BASTANTE SIM: A
CONCILIAÇÃO DE JORNADAS NA PERSPECTIVA DO TRABALHADOR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudete Gomes Soares

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 13/12/1017.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Danilo Enrico Martuscelli – UFPS



Prof.ª Dra. Valdete Boni – UFPS



Prof.ª Dra. Claudete Gomes Soares (orientadora) - UFPS

RESUMO

O presente trabalho é um estudo acerca de trabalhadores que possuem multiempregos. Trata-se de trabalhadores que possuem dois empregos regulares e simultâneos na cidade de Chapecó, sobretudo na área da enfermagem. Procuramos compreender os sentidos e significados que esses sujeitos atribuem ao trabalho, analisamos elementos individuais e sociais motivadores desta prática e seus reflexos para o cotidiano. Para isso, inicialmente discorremos sobre a organização do trabalho na sociedade capitalista e os principais traços da ideologia do trabalho construídos ao longo da história, dando atenção as particularidades de Chapecó. Desenvolvemos uma breve retomada histórica em relação à regulação e diminuição das jornadas de trabalho, conquista importante dos trabalhadores. Como técnica de coleta de dados, aplicamos entrevistas semiestruturadas nas quais os indivíduos compartilharam suas vivências e percepções. A análise evidencia que esses trabalhadores constroem suas representações fazendo referências ao contexto de oportunidades do mercado de trabalho existente em Chapecó. Além disso, observa-se perfis semelhantes em relação ao tipo de inserção no mercado de trabalho e em relação aos níveis de formação. O multiemprego é motivado principalmente pelos baixos salários que se tornaram incompatíveis com os novos padrões de consumo almejados pelos indivíduos. Visando atender aos crescentes apelos do consumo os indivíduos se submetem a longas jornadas de trabalho prejudicando outros aspectos da vida, posicionando-se em uma constante equação entre sacrifício e conforto.

Palavras-Chave: Chapecó, Duplo emprego, Ideologia do trabalho, Exploração, Consumo.

ABSTRACT

The present study is a study about workers with multiemployment. These are workers who have two regular and simultaneous jobs in the city of Chapecó, especially in the area of nursing. We try to understand the meaning that these people attribute to the work, we analyze individual and social motivating elements of this practice and its repercussion for everyday life. For this, we initially discuss the organization of work in capitalist society and the main traits of the ideology of work built throughout history, paying attention to the particularities of Chapecó. We have developed a brief historical recovery in relation to regulation and reduction of working hours, an important achievement of workers. As a data cleft technique we applied semi-structured interviews in which individuals shared their experiences and perceptions. The analysis shows that these workers construct their representations making references to the context of opportunities of the existing labor market in Chapecó. In addition, there are similar profiles in relation to the type of insertion in the labor market and in relation to the levels of training. Multiemployment is driven mainly by low wages that have become incompatible with the new patterns of consumption sought by individuals. Aiming to meet the increasing demands of consumption, individuals undergo long working hours, thus harming other aspects of life, thus positioning themselves in a constant equation between sacrifice and comfort.

Keywords: Chapecó, Double employment, Labor ideology, Exploration, Consumption

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma procuram desmistificar e desnaturalizar a realidade social, evidenciando as contradições e que, inconformados procuram incansavelmente os caminhos da crítica, da resistência e transformação.

AGRADECIMENTOS

Deixo registrada imensa gratidão à minha família, em especial à minha mãe que diante das dificuldades da vida sempre deu-me exemplo de força, paciência e resiliência. Que mesmo diante de possibilidades tão limitadas não mediu esforços para nos amar, cuidar e educar.

Agradeço também ao meu filho por me ensinar grandes lições de vida, ser um grande companheiro e amigo, pelo amor e carinho, por ser um motivo a mais para lutar.

Reconhecendo o apoio e presença constantes, agradeço ao meu companheiro por me incentivar na contínua busca do conhecimento, acreditar nos sonhos de um futuro melhor.

Por fim, deixo registrado meu agradecimento àquelas pessoas que nem sequer as conheço, mas que lutaram pela criação da Universidade Federal Fronteira Sul, permitindo a concretização de minha formação acadêmica e de tantos outros jovens. Registro minha admiração e gratidão aos professores e colegas pelo convívio, amizades, experiências e aprendizados compartilhados.

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

Quem construiu a Tebas de sete portas?

Nos livros estão nomes de reis:

Arrastaram eles os blocos de pedra?

E a Babilônia várias vezes destruída

Quem a reconstruiu tantas vezes?

Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?

Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?

A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:

Quem os ergueu?

Sobre quem triunfaram os Césares?

A decantada Bizâncio

Tinha somente palácios para os seus habitantes?

Mesmo na lendária Atlântida

Os que se afogavam

gritaram por seus escravos

Na noite em que o mar a tragou?

O jovem Alexandre conquistou a Índia.

Sozinho?

César bateu os gauleses.

Não levava sequer um cozinheiro?

Filipe da Espanha chorou,

quando sua Armada naufragou.

Ninguém mais chorou?

Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.

Quem venceu além dele?

Cada página uma vitória.

Quem cozinhava o banquete?

A cada dez anos um grande Homem.

Quem pagava a conta?

Tantas histórias.

Tantas questões.

Bertolt Brecht

LISTA DE SIGLAS

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CF Constituição Federal

COFEN Conselho Federal de Enfermagem

CLT Consolidação das Leis Trabalhistas

DIESSE Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

ENSP Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDF Índice de Desenvolvimento Familiar

MTE Ministério do Trabalho e Emprego

OIT Organização Internacional do Trabalho

PEA População Economicamente Ativa

RAIS Relação Anual de Informações Sociais

SM Salário Mínimo

SEBRAE Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 IDEOLOGIA E ETHOS DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	18
2.1 TRABALHO E CAPITALISMO.....	18
2.2 A NECESSIDADE DE ACREDITAR NO TRABALHO.....	21
2.3 TRABALHO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	29
3 DISPUTAS LOCAIS EM TORNO DO SIGNIFICADO DO TRABALHO.....	36
3.1 TRABALHO E COLONIZAÇÃO.....	38
3.2 TRABALHO E MUDANÇAS SOCIAIS OCORRIDAS NO OESTE CATARINENSE	41
3.3 ENFERMAGEM E SUAS CONDIÇÕES.....	48
4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA JORNADA DE TRABALHO.....	51
4.1 JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL.....	54
4.2 A JORNADA DE TRABALHO COMO UM DIREITO, A EXTRAPOLAÇÃO DA JORNADA COMO UMA NECESSIDADE.....	58
4.3 NECESSIDADES REAIS OU CRIADAS?: SALÁRIO, CONSUMO E A FALTA DE TEMPO LIVRE.....	61
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
6 REFERÊNCIAS.....	71
7 ANEXOS.....	76
7.1 ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS.....	76
7.2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	77

1 INTRODUÇÃO

O trabalho se constitui como centralidade na vida individual e social por isso, é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, incluindo neste caso as Ciências Sociais. O interesse por temas que abordam o trabalho surgiu no início da graduação em especial durante o contato com a teoria marxista e alguns conceitos como a ideologia, a alienação e emancipação humana, a mais-valia e as lutas de classe. A sociologia do trabalho nos permite maior compreensão das relações de trabalho em diferentes contextos históricos e sociais, na medida em que esses são modificados pelos homens e mulheres, alteram-se também as relações e as dinâmicas do mundo do trabalho ensejando a necessidade de estudo contínuo sobre o tema. No Brasil, os primeiros estudos relacionados a sociologia do trabalho centravam-se principalmente em torno da industrialização, da formação das classes sociais e atuação dos sindicatos.

Com o passar do tempo houve ampliação dos assuntos pesquisados, temas como o trabalho doméstico, a informalidade, a flexibilização e os setores de serviços tornaram-se objeto de estudo. Proposições acerca da jornada de trabalho e também sobre as representações individuais e sociais que abarcam o campo das subjetividades continuam ganhando corpo em teses e dissertações acadêmicas. Sabemos que o cenário brasileiro atual em relação ao trabalho apresenta uma série de contradições e instabilidades. Apesar das inúmeras conquistas da classe trabalhadora em especial o direito à associação, à participação política, à progressiva redução das jornadas de trabalho, à garantia de salários-mínimos, à proibição do trabalho infantil, à proteção contra despedidas arbitrárias e também mais recentemente, à implementação de políticas de saúde do trabalhador e prevenção de acidentes de trabalho, observa-se em paralelo, o crescimento dos níveis de desemprego alcançando índices alarmantes de cerca de 14 milhões (IBGE, 2017). Além disso, existe uma parcela de indivíduos que trabalham muito além de oito horas diárias, seja através do formato de horas extras ou tendo mais de um vínculo empregatício para desta forma garantir além do conjunto mínimo necessário para a sobrevivência física, um leque maior de consumo proporcionando algum nível de conforto e lazer para si e para seus familiares.

O presente trabalho busca compreender os sentidos e significados que certos indivíduos atribuem ao trabalho, tendo em vista que estão inseridos dentro de um construto

ideológico pré-definido ou definido externamente pelas estruturas do modelo capitalista de sociedade. Abordaremos os principais elementos motivadores, individuais e sociais que fazem com que certos indivíduos dediquem-se simultaneamente a dois trabalhos remunerados e as implicações para a vida destes trabalhadores, decorrentes da combinação e acúmulo de jornadas de trabalho. A pesquisa se insere num quadro de abordagens referente às formas de superexploração do trabalho engendradas no sistema capitalista de produção, envolvendo disputas entre capital e trabalho, disputas essas que abarcam uma série de dimensões, a saber, jornadas de trabalho, salários e condições de trabalho. Aparecem também questões relacionadas à discussão de gênero dado que homens e mulheres adotam diferentes posicionamentos e argumentos em torno do trabalho. Surgem ainda questões relacionadas ao campo das subjetividades na medida em que cada indivíduo, apesar de receber constantemente influências hegemônicas externas, imprime significados, interpretações e valores particulares em torno de suas vivências com o trabalho.

Nossas primeiras buscas evidenciaram que a temática do multiemprego tem sido pouco explorada e isso foi um dos motivos que nos levou ao interesse pelo tema a fim de investigar quais são os principais elementos individuais e sociais que levam certos indivíduos exercerem dois empregos remunerados simultaneamente submetendo-se a uma forma crescente de sobretrabalho. Trata-se de um assunto de muita importância pois converge com outras categorias de análise como estilo e qualidade de vida, consumo, tempo livre, lazer e ócio. Compreendemos que o fato desses temas estarem em constante atualização mesmo que de forma lenta, tais reflexões nesse sentido estão muito longe de serem esgotadas.

Não sabemos o quantitativo de pessoas que possuem dois vínculos trabalhistas simultâneos, a falta de dados precisos sobre este tema é uma realidade que dificulta e de certa forma limita nossa discussão. De antemão acreditávamos que o fato de algumas categorias profissionais possuírem uma jornada de trabalho reduzida ou flexível possibilitariam ao trabalhador conciliar uma segunda jornada; geralmente trabalhadores oriundos das áreas da saúde, educação e segurança, porém, não foi o que sucedeu dado que, parte significativa dos entrevistados continuam inseridos em jornadas de quarenta ou quarenta e quatro horas semanais e que desta forma, somados os dois empregos chegam a jornadas semanais de até oitenta e quatro horas. Tamanha expressividade em termos de horas trabalhadas configura um paradoxo, pois apesar de haver uma histórica discussão mundial em relação a regulamentação e redução das jornadas de trabalho esbarramos na condição real dos salários, na desigualdade

salarial entre as profissões impedindo a real efetivação do direito a uma jornada de trabalho razoável para uma parcela de trabalhadores.

Na contemporaneidade, as transformações no mundo do trabalho se dão de forma rápida, uma série de exigências se impõem aos trabalhadores: maior nível de formação, incorporação crescente do uso de tecnologias e maior capacidade de adaptação. Comumente quando se aborda o trabalho algumas questões acabam ganhando maior destaque como é o caso da falta de trabalho, preocupação cada vez mais presente no Brasil e no mundo, o que nos leva a crer que discussões em relação as condições de trabalho e a crescente precarização dos salários são deixados para um plano secundário, quando não, acabam caindo no simples esquecimento. Nesse caso as formas de sobretrabalho podem ser encaradas como se fossem uma normalidade inevitável da história, cabendo aos indivíduos apenas adaptarem-se a elas. Em um sistema cada vez mais competitivo e excludente muitos indivíduos se deparam com a urgência em se encaixar o mais rápido possível em algum trabalho, mesmo que este trabalho seja temporário e precário.

Se por um lado, como afirma Bezerra, (2006) os trabalhadores em situação de desemprego ou em empregos precários geralmente compartilham e expressam sentimentos de fracasso, frustração e anulação social, a nossa pesquisa aponta para outra direção na tentativa de saber quais são os sentimentos e as representações compartilhados pelos que se dedicam ao que denominaremos de excesso de trabalho. Pretendemos saber de que forma esses trabalhadores interpretam sua condição, se consideram ou não que estão imersos em um contexto de excesso de trabalho e exploração. Interessa-nos saber em que medida trata-se apenas de uma condição temporária, uma forma de complementar a renda até conquistarem algo, até resolverem uma situação individual ou familiar pontual, como adquirir um bem que julgam extremamente necessário ou, se com o passar do tempo essa prática acaba tornando-se um estilo de vida no qual os sujeitos se acostumam. Será a baixa compensação salarial a principal causa da busca por um segundo vínculo empregatício ou pesam também nessas escolhas aspectos ideológicos e culturais relacionados a ética do trabalho e do consumo desenfreado presentes na sociedade contemporânea?

Nosso locus de pesquisa é a cidade de Chapecó, localizada na Região Oeste do Estado de Santa Catarina, geralmente representada no imaginário social como cidade que promove o desenvolvimento das pessoas e das famílias, conhecida por muitos como a capital do trabalho e do progresso. Há predomínio de discursos europeizantes que enfatizam continuamente uma vida pautada no trabalho, resgatando-o também como uma virtude étnica, remetendo-se aos

exemplos dos sacrifícios empreendidos pelos antigos colonizadores migrantes, exemplo no qual as pessoas podem ou devem se espelhar. A fim de alcançar nossos objetivos daremos ênfase às subjetividades desses trabalhadores, privilegiando suas narrativas através das quais compartilham vivências em relação à forma como conciliam seus dois empregos formais e regulares com as demais dimensões da vida, sejam elas individuais, familiares e sociais.

Os primeiros entrevistados são pessoas conhecidas que trabalham na área da saúde de Chapecó, na medida em que fomos realizando os primeiros contatos e entrevistas percebemos que além da área da saúde há pessoas concentradas em outras profissões que também estão inseridas nessa dinâmica de duplo emprego, o que podemos chamar também de uma forma de sobretrabalho, é o exemplo de trabalhadores vigias, trabalhadores da agroindústria e da educação. Acreditamos que uma pesquisa mais abrangente que envolvesse um tempo maior de busca e análise nos levaria a uma série de outros trabalhadores de outras áreas, nisto reside um dos limites desta pesquisa, que poderá ser estendida e aprofundada em outros momentos e contextos.

Nossos entrevistados são trabalhadores e trabalhadoras inseridos no contexto de trabalho formal, a maioria possui formação de nível médio com formação técnica específica e uma parcela menor de entrevistados possui nível superior. São profissionais que por um período de tempo considerável conciliam dois empregos, alguns na mesma área e outros em áreas distintas. Além de identificar quais os principais elementos motivadores individuais e sociais que fazem com que certos indivíduos dediquem-se simultaneamente a dois trabalhos remunerados, concentrando-nos nas representações em relação a categoria trabalho procuramos compreender a relação entre trabalho e organização familiar, avaliando os lugares do trabalho, lazer, ócio e tempo livre, a forma como os entrevistados constroem a sua identidade.

Analisamos as percepções individuais acerca do que consideram como qualidade de vida, identificando quais são suas linhas de interesse além da dedicação ao trabalho e quais as dimensões da vida acabam sendo negligenciadas pela falta de tempo livre. Mapeamos as representações desses trabalhadores acerca do tempo livre, o lugar de atividades ligadas a convivialidade, lazer o cuidado com a saúde, investimento de tempo para a continuação da formação pessoal na organização cotidiana.

Algumas teorias sociológicas nos ajudam na compreensão das categorias que envolvem nossa problemática de pesquisa. Em relação ao trabalho, utilizaremos o construto

inserido nas categorias analíticas do materialismo histórico dialético e também através da sociologia compreensiva localizada nas formulações de Weber, mais especificamente sobre os tipos de ação social e a construção de um ethos em relação ao trabalho. Em relação ao consumo faremos uma aproximação com as análises desenvolvidas por Marcuse (1973) conhecido por contestar o homem unidimensional, produto da sociedade industrial.

Para compreender as elaborações práticas e subjetivas que cada sujeito constrói em relação ao trabalho se faz necessário retomar e analisar o contexto histórico, social e cultural no qual esses trabalhadores estão inseridos. Vale dizer que a conciliação de dois ou mais empregos não é uma especificidade encontrada apenas em nosso lócus de pesquisa pois é uma prática constante em outras cidades brasileiras e em outros países. Nos Estados Unidos, esse fenômeno é conhecido como *moonlighting*. Essa prática é compreendida como nova expressão das formas de superexploração do trabalho (DAL ROSSO,1996).

De acordo com Paulo Eduardo de Andrade Baltar (2006), o Brasil vive um processo histórico de racionalização da produção do emprego e do trabalho na qual predomina um regime predatório da força de trabalho, acentuam-se políticas de arrocho salarial, diminuição de postos de trabalho formais, aumento da rotatividade e do trabalho terceirizado. Mesmo em momentos de aquecimento da economia nacional de aumento da produção e de ofertas de emprego manteve-se o baixo nível de vida com grande assimetria entre salários. A concentração de renda e a desigualdade salarial configuram-se como traços marcantes da industrialização e urbanização brasileira.

Diante do exposto nossa principal hipótese é de que ter dois empregos remunerados simultaneamente é uma alternativa que certos indivíduos visualizam como meio de elevação do nível de vida, mais precisamente no que concerne ao acesso ao consumo, dado que estão imersos em recorrentes contextos de arrocho salarial e diminuição do poder de compra. Além disso, acreditamos que a conquista da redução de jornada de trabalho possibilita ao trabalhador se encaixar em mais de um vínculo trabalhista como forma de complementação de renda, atendendo desta forma aos diversos mecanismos de controle social que atuam incentivando a cultura da produção e do consumo conforme nos aponta Marcuse (1973).

Como nosso tema está envolto em multicausalidades nesse momento convém apontar os meios percorridos para atingir nossos objetivos. Martins (2004), nos chama atenção para a especificidade metodológica das ciências sociais “na sociologia, como nas ciências sociais em geral, diferentemente das ciências naturais, os fenômenos são complexos, não sendo fácil

separar causas e motivações isoladas e exclusivas” (p. 291). Levando em consideração essa premissa escolhemos para nossa pesquisa uma abordagem qualitativa, utilizamo-nos de entrevistas semiestruturadas organizadas em seis blocos de questões abertas nas quais é possível contemplar as representações e significados em relação ao trabalho, os desdobramentos possíveis que envolvem trabalho e família, quais as configurações resultantes da dinâmica de dois trabalhos simultâneos, seus impactos sobre a convivialidade e sobre o tempo livre.

Escolhemos a abordagem qualitativa, pois como nos afirma Minayo (2013), nos permite “trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes”. Os entrevistados foram orientados sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa assinando um termo de consentimento livre e esclarecido. A fim de facilitar nossa análise as entrevistas foram transcritas, preservando-se a identidade dos entrevistados, identificando-os numericamente, sendo que o conteúdo das perguntas encontra-se anexadas na parte final deste trabalho. A seguir apresentamos de forma resumida o perfil dos entrevistados.

Entrevistado	Idade	Gênero	Escolaridade	Profissão que exerce
01	55	Feminino	Médio	Técnica de Enfermagem
02	47	Feminino	Médio	Técnica de Enfermagem
03	41	Feminino	Superior	Enfermeira
04	45	Feminino	Médio	Auxiliar de Enfermagem
05	51	Feminino	Médio	Auxiliar de Enfermagem
06	23	Feminino	Médio	Técnica de Enfermagem
07	44	Masculino	Médio	Auxiliar administrativo e segurança
08	38	Masculino	Médio	Auxiliar de serviços externos e pequeno empreendedor
09	26	Masculino	Fundamental	Auxiliar de produção e atendente
10	41	Masculino	Superior	Técnico de Enfermagem
11	35	Masculino	Médio	Técnico de Enfermagem

É importante sublinhar também que não se trata apenas de ações e trajetórias de vida fixadas exclusivamente no indivíduo, pois quando um indivíduo compartilha parte de sua história de vida está continuamente se referindo a outras pessoas, à instituições e contextos sociais que influenciaram suas tomadas de decisões conferindo uma série de oportunidades ou a falta delas. “As chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise

de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais.”(MARTINS, 2004, p. 292).

Parte do título desta pesquisa foi inspirado pela música *Ensaboa*. A música interpretada pela cantora Marisa Monte é produto de uma fusão de outros dois sambas: *O Lamento da Lavadeira*, composta em 1956, pelo compositor e sambista brasileiro Monsueto Campos de Menezes, em parceria com João Violão e Nilo Chagas e, a canção *Ensaboa*, do compositor, poeta e violonista Agenor de Oliveira, conhecido como Cartola.¹ O fragmento “*Trabalho um tanto assim, cansaço é bastante sim*” encontra-se originalmente no samba *O Lamento da Lavadeira*, fazendo menção às condições de trabalho das lavadeiras, mulheres que lavavam roupas para a alta sociedade, durante o período Colonial e Imperial. Embora o tema da pesquisa não tenha relação direta com a profissão das Lavadeiras, as relações de trabalhado continuam sendo marcadas pela precarização e exploração, mesmo em novos contextos econômicos, sociais e políticos, demonstrando que de certa forma, a canção continua fazendo sentido.

O desenvolvimento da pesquisa está dividido em três partes. Na primeira parte procuramos explicitar algumas especificidades em torno das relações de trabalho construídas na modernidade, compreender o desenvolvimento das representações individuais e sociais, os valores e significados em relação ao trabalho construídos no capitalismo. Posteriormente destacaremos um tipo específico de ethos em relação ao trabalho que foi construído em Chapecó, evidenciando disputas locais em torno do significado do trabalho, um ethos específico que tem suas raízes no processo colonizador e que se mantém constantemente em vias de atualização. Em seguida adentraremos de uma forma resumida em uma análise acerca das jornadas de trabalho dando ênfase na desconstrução do mito do brasileiro preguiçoso. Por fim, analisaremos as experiências pessoais em relação as consequências do fato de conciliar dois trabalhos, as estratégias empreendidas para efetivar essa conciliação envolvendo-se em longas e seguidas jornadas de trabalho semanais.

1 Informações presentes no Blog Terra de Gigantes. Música em Blog. Disponível em: <https://terradegigantes65.wordpress.com>

2 IDEOLOGIA E ETHOS DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Nesse primeiro momento daremos atenção aos sentidos e significados que os indivíduos atribuem à categoria trabalho. Entendemos que a compreensão do imaginário social em relação ao trabalho requer uma breve explanação do desenvolvimento da sociedade capitalista de produção. A partir de uma contextualização histórica é possível perceber grandes mudanças e também a persistência de alguns elementos.

2.1 TRABALHO E CAPITALISMO

Assim que irromperam as primeiras transformações sociais decorrentes da Revolução Industrial e na medida em que o sistema capitalista de produção foi se consolidando surgiu também na Europa um novo campo de conhecimento. Emergia a Sociologia como uma nova ciência empenhada em compreender os fenômenos sociais vigentes. Diversos filósofos e pensadores se dedicaram a elucidar as dinâmicas da sociedade capitalista nascente que comportava novas relações de produção, trabalho e organização social e cultural.

Friedrich Engels foi um dos primeiros teóricos que se interessou pela análise e descrição de detalhes sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra no final do século XIX. Dentre os diversos aspectos investigados destacam-se as precárias condições de trabalho marcadas quase que na sua totalidade por longas e extenuantes jornadas de trabalho, inclusive de mulheres e crianças. Somadas aos baixos salários, desenvolvia-se o aumento gradativo do desemprego devido ao incremento de novas máquinas nas fábricas. Consequências negativas atingiram os trabalhadores de vários setores produtivos, a maioria das famílias inglesas vivenciou mazelas como fome, doenças e mortes prematuras (ENGELS, 2010).

A modernidade engendrou novas configurações no mundo do trabalho, Engels (2010), demonstrou que ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora inglesa tornava-se a protagonista de uma nova história produzindo muitas riquezas para a sociedade da época, ela permanecia vivendo em condições degradantes. Na maior parte dos bairros operários ingleses constatou péssimas habitações, que se encontravam superlotadas, sem mobília adequada e

sem saneamento básico. A alimentação e o vestuário também eram precários em termos de quantidade e qualidade. Desta forma, os proletários estavam continuamente expostos a altos índices de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida, inúmeras doenças, forçados ao aviltamento moral e intelectual, ao desregramento social, marcado por situações de violência, alcoolismo e perversões sexuais.

A partir do trabalho o homem elaborou desde os primeiros instrumentos mais grotescos até os mais diversos e especializados aparatos tecnológicos assim como os sistemas simbólicos e culturais que incluem o direito, a arte, a política e a religião. No entanto, Antunes (2004) alerta para o fato de que a dimensão positiva e otimista em relação ao trabalho não é a única realidade que podemos encontrar. O trabalho possui uma dupla dimensão pois ao mesmo tempo em que é essencial ao ser humano permitindo a satisfação das necessidades humanas, sua emancipação e humanização na sociedade capitalista a principal finalidade do trabalho passa a ser a acumulação do capital por meio da apropriação privada do fruto do trabalho alheio. O autor reforça ainda que o trabalho na forma alienada representa a exploração do homem pelo homem; buscando atender as necessidades mais imediatas de sobrevivência muitas pessoas submetem-se ao trabalho alienado, repetitivo e até mesmo penoso. Ao mesmo tempo que o trabalho gera riquezas, ela não é desfrutada pela maioria da população. Estas relações de trabalho podem produzir estranhamento, sofrimento, degradação física e mental, mesmo que a maioria não perceba desta forma pois afinal de contas fomos socializados para a aceitação e incorporação do trabalho como uma necessidade e os elementos negativos apenas “fazem parte do jogo”.

A lógica do sistema capitalista foi exaustivamente elucidada por Karl Marx. De acordo com suas análises o sistema capitalista é caracterizado especialmente pela separação do trabalhador dos meios de produção que foram aos poucos centralizados nas mãos de grandes capitalistas. Desta forma, à classe proletária restou vender a força de trabalho, sua única mercadoria. Sendo assim, o trabalho alienado passou a ser a base do sistema capitalista. Indispondo dos meios de produção (as terras, máquinas e fábricas), a classe proletária foi forçada a alienar seu trabalho. Em tais circunstâncias não podemos dizer, como muitos acreditam, que se estabeleceu apenas uma relação de complementariedade entre proletários e capitalistas, mas sim, relações marcadas por contradições e desigualdade de poder nas dimensões econômicas e políticas. Os capitalistas passaram a decidir e impor a organização da produção assim como os salários que seriam pagos aos trabalhadores, suficientes apenas para tornar possível a reprodução da força do trabalho, sendo que muitas vezes até para isso

mostrou-se insuficiente. A acumulação de capital se mantém e se amplia graças a mais-valia que constitui-se como parte do trabalho não pago ao trabalhador, como bem demonstrou Karl Marx em *O Capital*.

O sistema capitalista se consolidou a partir dos princípios revolucionários franceses de liberdade, igualdade e fraternidade. Cattani (2008) aponta que umas das promessas do sistema capitalista moderno visava à realização pessoal dos indivíduos, melhores condições de vida, inserindo todos no processo produtivo e de consumo, visto que a geração de riquezas e a maximização dos lucros se ampliavam com o incremento de novas tecnologias. Todavia, noções de progresso e avanço fazem parte do construto ideológico das classes dominantes e devem ser relativizadas na medida em que as transformações e promessas da modernidade não alcançaram todos os indivíduos do planeta, além disso, estar inserido na lógica da produção e do consumo significa diferentes níveis de esforços e sacrifícios.

Se algumas poucas pessoas com jornadas de trabalho razoáveis e salários dignos conseguem com mais facilidade acessar diferentes tipos de bens materiais e simbólicos por outro lado temos uma parcela considerável dos que ainda submetem-se a longas jornadas de trabalho, a ritmos intensos e o acúmulo de jornadas em diferentes trabalhos. É o que evidenciamos entre nossos entrevistados através de falas como *“claro que eu não queria dois trabalhos, queria só um, bem remunerado né”*; *“trabalhava nos dois empregos para adquirir o que eu queria, que no momento eu queria comprar apartamento, queria comprar carro né e com um emprego só não ia conseguir”*.

Cattani (2008), realiza uma importante discussão acerca das relações entre desigualdade e trabalho na qual evidencia a injusta concentração de renda como obstáculo ao desenvolvimento de mais postos de trabalho que poderiam proporcionar uma inserção mais digna aos trabalhadores. Além disso, destaca que apesar de o trabalho ser um definidor das identidades e personalidades, sujeitando e condicionando os demais aspectos da vida, na contemporaneidade o trabalho é visto como algo inevitável e negativo na medida em que sujeita, disciplina e aliena a maioria dos indivíduos; somente para uma minoria o trabalho se constitui como algo prazeroso e verdadeiramente compensatório.

A classe burguesa protagonista da Revolução Francesa substituiu paulatinamente os valores da antiga sociedade que se baseava fundamentalmente na religião, na tradição e na produção artesanal para um modelo de produção em série, apoiando-se sobretudo no discurso da meritocracia individual e na competitividade. Nos dias atuais é possível aferir que o

sistema capitalista não conseguiu cumprir suas promessas, pelo menos na totalidade dos termos em que se pretendia. A realidade de muitos países, incluindo o Brasil é um contexto de milhões de desempregados e de outros milhões de empregados submetidos à precarização, seja em termos de condições de trabalho, instabilidade, ilegalidade e baixos salários (CATTANI, 2008).

2.2 A NECESSIDADE DE ACREDITAR NO TRABALHO

Como já mencionamos, o elemento fundamental para nossa pesquisa relaciona-se com a construção histórica da ideologia do trabalho. Conforme Chauí (2008) a ideologia é um conjunto de ideias e valores engendradas pela burguesia para legitimar a nova ordem social capitalista, transformando interesses particulares em interesses gerais; são representações da realidade e não a realidade concreta:

Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio os homens legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (CHAUÍ, 2008, p. 23-24).

A construção e reconstrução contínua de novos esquemas de pensamento e representações em relação aos sentidos e significados do trabalho garantem a continuidade do modelo de produção atual, no qual a sobrevivência física não é a única finalidade do trabalho e, as pessoas passam a utilizá-lo também como elemento de diferenciação individual e social, atribuidor de *status*. Elaborações nesse sentido tornaram-se fundamentais para efetivação e manutenção da reprodução das relações de produção estabelecidas no sistema capitalista. É nesse horizonte de questões que nossa pesquisa se situa, a temática das percepções e

representações individuais e sociais em relação ao trabalho apresentadas pelos autores a seguir constituem um norte importante para a compreensão das razões pelas quais certos indivíduos se voltam tanto para o trabalho.

As percepções sobre o significado e importância do trabalho adquiriram diferentes contornos e modificaram-se ao longo da história da humanidade. Durante a antiguidade greco-romana o trabalho era visto como algo depreciativo e indigno, destinado aos escravos. Homens e mulheres, situados na esfera privada eram submetidos ao âmbito das necessidades e da sujeição. Em contrapartida, a esfera da liberdade condizia com a vida pública pois na pólis, espaço de fruição, os homens participavam da política reconhecendo-se desta forma como verdadeiros cidadãos partícipes das decisões (GORZ, 2003).

Para a tradição judaico-cristã por exemplo, o trabalho também era carregado de um sentido negativo na medida em que era explicado como uma espécie de “castigo” devido à decadência de Adão e Eva. Para os religiosos da idade média, o trabalho era visto como meio de garantir a sobrevivência, porém, as atividades de orações e contemplação da natureza eram prevalentes, dedicando-se a elas a maior parte do dia (ALBORNOZ, 2008).

Em “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” Max Weber evidenciou uma nova percepção e uma nova ideologia em relação ao trabalho. Entre os protestantes o trabalho passou a ser visto como elemento central e útil, na medida em que garantiria a salvação eterna. Para os protestantes puritanos o culto ao trabalho intenso e contínuo somava-se a lógica da poupança e da recusa ao estilo de vida hedonista, reprovando assim o ócio e o consumo. Na análise de Weber, esse novo ethos em relação ao trabalho contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento e consolidação do capitalismo (WEBER, 2004).

As concepções judaico-cristã e protestantes em relação ao trabalho não desapareceram por completo, alguns indivíduos ainda recorrem a essas construções, ressignificando-as e mesclando-as com construções mais atuais. Para o auxiliar administrativo e segurança de quarenta e quatro anos, trabalhador que há muitos anos concilia dois empregos, o trabalho ainda é fundamentado pela perspectiva religiosa, apresentando-se como uma necessidade e como algo positivo:

O trabalho pra mim acima de qualquer coisa é uma benção, porque que é uma benção? Eu vou entrar na bíblia que é meu estilo de vida. Deus disse assim pra Adão

depois de acontecer a história do pecado que você já conhece Deus disse pra Adão a partir de agora, em outras palavras tá, pra você comer, vai ser com o suor do teu rosto tá. Agora não vai mais ser tranqüilão não, agora você vai corrê atrás. Há quem interprete isso como uma maldição, pra mim não é. Dizem que é uma maldição mas pra mim não é. Se eu tenho saúde e disposição eu posso corrê atrás, entendeu? Eu posso trabalhar, posso estudar, fazer aquilo que muitas pessoas até gostariam de fazer mas não conseguem ou por falta de saúde, ou por preguiça, que graças a Deus eu não tenho preguiça, então pra mim o trabalho é uma benção! (Entrevista 07).

Apesar de a passagem bíblica explicar o trabalho como castigo em decorrência do pecado e da desobediência do homem, indicando também uma ruptura que culminou na expulsão do casal do paraíso e na imposição de um novo contexto de sofrimento e dores, o entrevistado relativiza-a, conferindo ao texto uma leitura particular na qual interpreta o trabalho como algo bom, uma benção. Segundo Chauí (2008) “quando se diz que o trabalho dignifica o homem, e não se analisam as condições reais de trabalho, que brutalizam, entorpecem, exploram certos homens em benefício de uns poucos. Estamos diante da ideia de trabalho e não diante da realidade histórico-social do trabalho” (p.82). O imaginário individual reflete a construção social dominante, na qual o trabalho passa a ser representando como algo natural, necessário, inevitável, colado com representações positivas de liberdade, de crescimento e realização pessoal.

De acordo com Albornoz (2008), em algumas sociedades, sobretudo entre os povos indígenas, o trabalho é regido por um sistema de valores e deveres religiosos e familiares, ao passo que nas sociedades capitalistas ocidentais prevalece a ideia de que, além de satisfazer as necessidades de subsistência o trabalho se constitui como meio pelo qual os homens buscam a produção de excedentes e a constante acumulação. A modernidade é caracterizada pelo aumento da produção, aprimorada mediante aplicação de conhecimentos científicos, incluindo os das ciências humanas e psicológicas a fim de realizar um controle social, desta forma:

O indivíduo moderno encontra dificuldade em dar sentido a sua vida se não for pelo trabalho”. “No mundo industrial falta o vínculo entre o trabalho e o restante da vida. Para agir livremente deixa-se o tempo que sobra do trabalho. Assim se separa totalmente trabalho de lazer, de prazer, de cultura, de renovação das forças anímicas, que deverão ser buscadas no tempo que sobrar do trabalho (ALBORNOZ, 2008, p. 24).

No sistema capitalista de produção elaboram-se continuamente uma série de representações acerca da importância do trabalho. Nesse sentido, a ideologia do trabalho vai sendo construída, reconstruída e reforçada pelas classes dominante e seus aparelhos ideológicos, a fim de manter o domínio dos meios de produção, realizando os ciclos de produção, circulação e consumo de mercadorias, efetivando a lógica de acumulação de capital e do lucro, por meio da exploração da força de trabalho alheia. A representação hegemônica reforça a categoria trabalho como sendo o elemento que confere dignidade humana, promove ascensão econômica e social, define o status e diferencia os indivíduos (GOETTERT, 2006).

Na modernidade a concepção ideológica do trabalho está atrelada aos construtos liberais e abarcam noções como liberdade, individualismo e competitividade. Um exemplo histórico e um tanto recente foi a construção do *Self Made Man* termo inglês que traduzido para a língua portuguesa significa homem autofabricado, ou “aquele que se fez” referindo-se aos indivíduos que por esforço, iniciativa e muito trabalho deixavam a condição da pobreza para ingressarem na sociedade de consumo americana, tornando-se reconhecidos homens de negócio, denominados também como aqueles que conseguiram “ser alguém na vida”.

Sabino (2010) nos mostra que os princípios liberais de séculos anteriores estão fortemente presentes e influenciam nossa visão e nossa interpretação do mundo, sendo inclusive utilizados para a criação do conceito de empreendedorismo. O indivíduo empreendedor é aquele que por meio de seus esforços e de sua capacidade criativa apresenta soluções para os contextos de desemprego e pobreza e a partir do trabalho e das iniciativas pessoais em abrir uma pequena empresa promovendo a autorrealização e auxiliando também a comunidade a qual pertence.

A maioria dos trabalhadores assalariados acabam incorporando esta ideologia do trabalho como meio garantidor de realização pessoal e sucesso. Em últimos casos, mesmo permanecendo na pobreza, pelo trabalho o indivíduo garante ao menos a qualidade de pessoa honesta, qualidade esta que de certa forma possui um efeito neutralizador do estigma da pobreza. Segundo nos mostra Gomes (2005), essa foi a ideia predominante, amplamente difundida durante o governo de Getúlio Vargas, mais precisamente durante o Estado Novo, período em que efetivou-se no Brasil a construção do trabalhismo. Ao mesmo tempo em que o Estado outorgava uma série de direitos sociais e trabalhistas propagava a ideologia do trabalho, disseminando através do uso do rádio, de jornais, comícios e palestras elogios incessantes às massas trabalhadoras, chamando-as para a disciplina do trabalho pois através dele se construiria e fortaleceria a nação, amenizando inclusive os efeitos da guerra.

Afirmações positivas em relação ao significado do trabalho são recorrentes e carregam um conteúdo ideológico construído por gerações anteriores, discursos estes que foram produzidos e reproduzidos no ambiente familiar, nas escolas, nas igrejas, nas universidades e nos ambientes de trabalho. Como parte do discurso ideológico temos também a definição e escolha dos sujeitos que são reconhecidos como trabalhadores. O imaginário social brasileiro desenvolveu-se ao longo dos séculos privilegiando uma construção antagônica e dicotômica entre trabalhadores e não-trabalhadores. Tanto as instituições macro de poder quanto as micro, enalteciam o grupo dos trabalhadores percebendo-os como seres úteis, responsáveis e capazes ao passo que reservaram ao grupo dos não-trabalhadores atribuições negativas, pejorativas, estigmas e preconceitos variados. Os não-trabalhadores passaram a ser vistos e definidos como incapazes, vadios, preguiçosos e inúteis, foram e continuam sendo rejeitados e desprezados mesmo quando o desemprego for involuntário (GOETTERT, 2006).

Segundo Lara (1998), ao tratarem da história do trabalho no Brasil, historiadores e cientistas sociais priorizaram interpretações voltadas ao processo de substituição dos negros escravos para o trabalhador imigrante branco, invisibilizando desta forma os negros, negando-lhes o estatuto de sujeitos históricos, suas experiências e influências na formação da nova classe trabalhadora e na nova ordem social. O enaltecimento do trabalho dos imigrantes ocultava as contribuições dos negros na formação da sociedade capitalista brasileira, como se o negro não estivesse presente nas fábricas e nas fazendas, participando de movimentos grevistas e nos processos de reivindicações de direitos trabalhistas sobretudo, melhores condições de trabalho.

Além da questão da dignidade, o trabalho produz identidades e subjetividades, por meio do trabalho as pessoas se relacionam e se diferenciam. Para a técnica de enfermagem de quarenta e cinco anos, casada e mãe de um filho, o trabalho se apresenta como algo fundamental e positivo:

“O que significa o trabalho para mim? Eu acho que tudo, sem trabalhar você não tem uma identificação, você depende das pessoas, e eu acho que pra mim é muito importante, por esse motivo também, eu gosto do que eu faço mas, pelo menos pra gente ter uma... como que eu vou te dizer...uma identidade tua né, você trabalha, penso isso. Ah, eu tenho sentimentos bons, tipo assim, quando eu fico dois dias, que eu pego folga... dá cinco dias que eu não venho eu já sinto aquela falta de trabalha, mesma coisa no posto quando eu pego férias, assim às vezes a gente não vê a hora de voltar, eu acho que eu tenho sentimentos bons”. Entrevista 04.

Apesar de afirmar que o trabalho “*é tudo*” sua importância se dá pelo fato de conferir autonomia e de libertar da dependência econômica em relação às outras pessoas. Observa-se então o contínuo enaltecimento do trabalho em relação aos outros aspectos da vida, a ideologia dominante representa o trabalho somente como algo positivo e essa representação contribui para que os indivíduos aceitem sua condição como trabalhadores, tentando encaixar-se nos valores dominantes, considerados como legítimos, verdadeiros e melhores, mesmo que na prática, no cotidiano, o trabalho represente também fonte de tédio, cansaço e pouca remuneração. Além do valor material atribui-se a categoria trabalho valores simbólicos e desta forma homens e mulheres “normais” são aqueles que tentam a todo custo estar entre o grupo dos que trabalham e de preferência em um trabalho formal, contínuo, disciplinado e regado (GOETTERT, 2006).

Outro entrevistado, com quarenta e um anos de idade, Técnico de Enfermagem, graduado em Direito concebe o trabalho de maneira paradoxal, se por um lado encara o trabalho como algo positivo entendendo-o como condição essencial para promoção de conquistas pessoais e familiares, por outro lado traz consigo noções de esforço e sacrifício. Pai de dois filhos, um de quinze anos e outra de aproximadamente dois anos de idade proclama:

O trabalho... como que eu vou te dizer... significa uma superação pessoal minha né. Uma que... a gente com um trabalho só tu não consegue sobreviver hoje em dia né. Do jeito que as coisas andam... e da maneira que tá se pondo as situações... e a gente procura um algo a mais, não tem como tu trabalhar num lugar só e buscar um conforto. Então além da satisfação de trabalhar como técnico de enfermagem tem a parte financeira que influencia também. É claro que isso aí, o trabalho de dupla jornada é por pouco tempo, apesar que faz já dez anos que tô nessa né. Sempre na enfermagem, de dupla jornada, trabalhando... eu trabalhei nos dois hospitais, na Unimed no Regional e fazendo faculdade né. Então, nunca... digamos assim nunca me arrependi disso né, é claro que no futuro, com certeza...pode haver sequelas, consequências dessa dupla jornada né. Mas enfim, eu gosto de fazer isso que eu faço. (10ª Entrevista).

Oliveira et al. (2010), apontam o crescimento do número de adolescentes de 14 a 18 anos que compõem o quadro de trabalhadores brasileiros, sobretudo nas regiões Nordeste e Sudeste. Diante deste quadro, analisaram as representações sociais do trabalho entre adolescentes estudantes trabalhadores e não trabalhadores residentes em São Paulo. Utilizando-se da teoria das representações sociais mais especificamente, aquela ligada a

vertente psicossocial, os pesquisadores abordaram 724 alunos do Ensino Médio. Aplicando a técnica da evocação livre, onde os alunos após serem colocados diante do termo indutor “trabalho” registraram as primeiras cinco palavras que lhes vinha em mente associadas a ele. Além da técnica da evocação livre, foram realizados 21 grupos focais contemplando adolescentes trabalhadores e não trabalhadores. As imagens e representações mais frequentes em relação ao trabalho foram de cunho positivo, reforçando ideias e valores sociais, sobretudo, valores morais acerca da importância do trabalho ligados em sua maioria à independência financeira ao desenvolvimento pessoal e à construção do futuro.

Os autores reforçam que as representações negativas em relação ao trabalho apareceram de forma tímida e estão relacionadas aos efeitos negativos como cansaço, necessidade de acordar cedo e exigência de muita responsabilidade. A pesquisa demonstra a lógica da reprodução dos valores sociais capitalistas em relação ao trabalho. Por meio da cultura, os atores sociais internalizam e reforçam o trabalho como primazia em relação às outras atividades como lazer, estudo, convívio familiar e social (OLIVEIRA, ET. AL, 2010).

Em outro estudo da área da psicologia, Chaves e Mattos (2006) analisaram as representações sociais de adolescentes aprendizes em relação ao trabalho e a relação entre trabalho e estudo. Destacam a diversidade de representações e interpretações expressadas pelos jovens aprendizes que geralmente tendem a eleger representações objetivas e práticas em relação ao trabalho, dado que pertencem as camadas populares e o trabalho precoce é uma maneira de auxiliar no sustento da família, conferindo também novas responsabilidades e possibilidades de desenvolvimento pessoal. Mesmo diante da dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo a maioria dos jovens aprendizes atribuem significados positivos em relação ao trabalho. Os autores entendem que, desde que não comprometa estudo e lazer, atividades importantes no período de desenvolvimento dos adolescentes, o trabalho pode exercer efeitos positivos sobre a socialização dos jovens e sua transição para a vida adulta.

A inserção precoce no mercado de trabalho e a interrupção dos estudos é um traço comum entre nossos entrevistados, para ajudar a família, ou para adquirir a independência em relação aos pais os entrevistados foram em busca do primeiro emprego, geralmente empregos que exigiam baixa qualificação e em contrapartida ofereciam também baixa remuneração. Alguns retomaram os estudos após terem constituído família e estarem trabalhando, é o caso da enfermeira de 41 anos:

Eu comecei a trabalhar, antes de fazer a faculdade, tinha dezessete, na verdade assim, desde quinze anos já trabalhava né, na época trabalhava de serviços gerais, trabalhava na casa das pessoas, antes de se formar. Não tinha nem carteira assinada mas trabalhava por dia ou mensalmente. A partir dos dezoito anos eu comecei a trabalhar em uma empresa de turismo, fiquei três anos trabalhando numa empresa de turismo como secretária, e depois eu casei nesse meio tempo ali, casei e fui fazer o curso de auxiliar e já terminei o curso e comecei a trabalhar na área hospitalar, depois fiz o curso de técnico, também sempre trabalhando né na área hospitalar, em 2005, passei no concurso como auxiliar na prefeitura em 2009 comecei a graduação. (Entrevista 03).

O prosseguimento nos estudos por meio de um curso técnico se apresenta para muitos como uma possibilidade de aumentar a qualificação profissional e melhorar a remuneração porém, não se trata de uma escolha pura e simples mas sim de escolhas condicionadas socialmente. A maior parte dos nossos entrevistados inseriram-se precocemente no mundo do trabalho e, ao perceberem que a remuneração era insuficiente, retomaram os estudos e buscaram melhores condições de trabalho. A retomada da formação se deu primeiro através de um curso técnico e depois, para alguns, a graduação, na tentativa de melhorar suas condições de competição e inserção no mercado de trabalho e talvez um dia poder se dedicar somente a um emprego.

Hasenbalg (2003), nos chama atenção para o fato de que a transição da escola para o mercado de trabalho é um processo que confere autonomia aos indivíduos. Acontece que a transição entre escola e trabalho varia muito entre os países e entre as famílias. No Brasil, principalmente em décadas anteriores foi expressivo o ingresso precoce das crianças e adolescentes ao mercado de trabalho assim como a conciliação entre trabalho e estudo. O autor observa que crianças e adolescentes que possuem dedicação exclusiva aos estudos acabam prolongando o processo de autonomização em relação aos pais postergando a entrada no mercado de trabalho e uma nova constituição familiar. Por outro lado, são os que possuem melhor aproveitamento dos estudos. Dentre as crianças e adolescentes que conciliam trabalho e estudo observa-se um aproveitamento escolar inferior sobretudo no que ocorre em período noturno, a defasagem entre idade e série cursada também é significativa. A inserção precoce no mercado de trabalho geralmente resulta em uma inserção precária e na maioria das vezes a interrupção definitiva dos estudos. Ainda seguindo o autor, em um modelo de sociedade altamente competitiva, onde o mercado de trabalho nem sempre se apresenta favorável, com períodos de aumento de desemprego e perda da qualidade dos postos de trabalho os que interromperam os estudos ou que possuem menor aproveitamento escolar são os que serão os

mais prejudicados. Nesse caso as oportunidades de mobilidade social estarão mais comprometidas para os que possuem menores níveis de formação refletindo-se ou no desemprego ou na ocupação de postos precários.

Se levarmos em conta que a conciliação de meio período ou um período de trabalho de maneira geral prejudica o aproveitamento dos estudos essa relação se dá de uma maneira ainda mais intensa entre aqueles que possuem dois empregos, é o que aparece na afirmação de uma de nossas entrevistadas que acabou por desistir pela segunda vez da graduação “*então eu não conseguia assistir a primeira aula, a primeira aula eu sempre cochilava, eu vivia cansada sabe, era uma exaustão*”. A desistência temporária ou definitiva dos estudos foi um aspecto reiterado entre os entrevistados que os relacionaram ao cansaço devido as longas jornadas de trabalho e também devido a falta de recursos financeiros e de tempo disponível. Alguns entrevistados sinalizaram a intenção de retomar os estudos, porém são falas que indicam um plano para o futuro, algo incerto.

2.3 TRABALHO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Percepções controversas, positivas e negativas em relação ao trabalho estão presentes nas falas dos entrevistados mesclando noções de conquista, superação de dificuldades, satisfação pessoal e necessidade. A questão de gênero aparece repetidamente nas falas, cabendo neste caso uma reflexão, mesmo que sucinta.

Bruschini e Lombardi (2001), demonstram que no Brasil a consolidação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, assim como a elevação dos níveis de escolaridade tanto no ensino médio como no ensino superior ocorreu principalmente nos anos noventa. As autoras destacam que até os anos setenta o perfil de mulheres que exerciam trabalho remunerado era constituído por mulheres jovens, solteiras e sem filhos, já nas décadas seguintes houve uma mudança desse perfil, abrangendo mulheres mais velhas, casadas e com filhos. O processo de inclusão das mulheres no mercado de trabalho significou a possibilidade de ter maior autonomia e liberdade, inclusive a possibilidade de romper com relacionamentos afetivos e chefiar sozinhas o lar.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho foi motivada por uma série de questões, além da necessidade econômica e das oportunidades houve um conjunto de mudanças demográficas, sociais e culturais que possibilitaram às mulheres engrossarem a População Economicamente Ativa (PEA). Destaca-se neste sentido a queda significativa das taxas de natalidade proporcionada pelo advento da pílula anticoncepcional que promoveu maior liberalização das mulheres das atividades do lar e oportunizou sua inserção na esfera pública. O processo de formação de novas identidades das mulheres também foi fruto das inúmeras reivindicações dos movimentos feministas. Todavia, mesmo sendo mais instruídas e trabalhadeiras alguns esclarecimentos são necessários, pois as mulheres continuam a ocupar posições periféricas no mercado de trabalho, concentrando-se em áreas específicas do cuidado, como saúde, educação e trabalho doméstico, áreas pouco valorizadas economicamente e socialmente, além disso as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos e das tarefas da casa, sujeitando-se à sobrecarga de trabalho e múltiplas jornadas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

A inserção marginal da mulher no mercado de trabalho se realizou mediante o mito da inferioridade do sexo feminino em relação ao sexo masculino. Por muito tempo acreditava-se que a principal função social da mulher é dedicar-se as atividades da esfera privada, mantendo-se como reprodutoras e socializadoras das novas gerações, preservando assim o *status quo* social da supermacia masculina. A utilização de elementos biológicos para explicar e legitimar a posição hierárquica na estrutura social é uma estratégia que foi aproveitada pelo sistema capitalista para ocultar a sua incapacidade de absorver completamente a força de trabalho existente, dado o crescente processo de substituição do trabalho vivo por máquinas para realização da mais-valia relativa (SAFFIOTI, 2013).

Observa-se entre nossos entrevistados diferentes perspectivas em relação ao significado do trabalho assim como diferentes trajetórias profissionais entre homens e mulheres. Diante do questionamento sobre o que significa o trabalho aparecem expressões como: *“Tudo né, porque se a gente não tem um trabalho a gente vai viver do que né? Pra gente se sustentar tem que ter um trabalho né.”* Nessa fala o trabalho se apresenta como uma necessidade. *“E eu sempre quis trabalhar assim fora, coisa assim né. Agora que eu tô só no hospital de noite parece que eu tô assim, sem trabalhar, assim parece”*. Esta é a fala da técnica de enfermagem de cinquenta e cinco anos que, mesmo aposentada continua exercendo dois trabalhos na área da enfermagem, há cerca de dezenove anos. Concilia o trabalho hospitalar com o trabalho na saúde pública, somando uma jornada de cerca de 80 horas

semanais dedicadas ao trabalho. Possui também formação de nível técnico na área de contabilidade, a qual exerceu estágio durante quatro anos.

Chama atenção aqui a questão de gênero, pois a afirmação “*eu sempre quis trabalhar assim fora*” nos remete ao fato de que historicamente as mulheres sempre estiveram atreladas à esfera privada e que o trabalho valorizado é aquele que se realiza na esfera pública, historicamente ligado aos homens. Nenhum homem afirmou querer “*trabalhar fora*”, pois para eles é como se a esfera pública fosse uma predestinação natural e intrínseca, já para as mulheres é um espaço incomum que passou a ser almejado e conquistado recentemente. Para as mulheres trabalhar na esfera pública significa ter seu próprio ganho e não mais depender economicamente da figura masculina, seja o pai, irmãos mais velhos ou cônjuge.

O fato de trabalhar fora não pode ser compreendido apenas como um desejo puro e simples, mas como uma necessidade, sobretudo para jovens das classes populares, o que desencadeia também algum tipo de ônus. Identificamos uma mudança de trajetória de vida motivada pela interrupção nos estudos. A entrevistada informou que gostaria de ter seguido com os estudos na área da contabilidade, primeira área de interesse, cursando nível superior, no entanto, por não ter passado no vestibular, acabou optando em fazer um curso técnico. Para os jovens oriundos das classes mais pobres o leque de escolhas tende a ser limitado, dado que o apoio familiar torna-se elemento decisivo no prosseguimento dos estudos e na escolha de uma profissão que possa auferir maiores ganhos, esse apoio familiar comumente encontra-se ausente ou presente de forma parcial entre as classes populares estando presente de maneira mais sólida nas classes superiores que podem pagar o tempo de não trabalho de seus filhos e desta forma, podem ocupar-se na aquisição de maior capital cultural e social, elementos que garantirão sua reprodução como classe dominante (HASENBALG, 2003) e (SOUZA, 2013).

A fala de nossa segunda entrevistada demonstra que o trabalho adquire diferentes significados, estando sujeito à variações a depender dos acontecimentos individuais e familiares que vivenciou. Durante a juventude e enquanto estava casada mantinha somente um vínculo trabalhista, neste caso as impressões convergem para o sentido de positividade os sentimentos em relação ao trabalho são entendidos como conquistas: “*você tem o teu espaço, pela tua independência mesmo né.*” Técnica de Enfermagem com quarenta e sete anos de idade, filha de imigrantes italianos e alemães, mãe de dois filhos percebe o trabalho como:

Uma conquista na sua vida né. É você ser independente. Desde que eu me conheço. Eu tinha quatorze anos e saí para trabalhar de baba, então nunca dependi de ninguém pra nada. Nem de marido, nem de familiares. A minha independência é trabalhando e trabalhar no que tu gosta. Aos dezoito eu entrei em uma empresa de laticínios, depois trabalhei numa farmácia e daí depois eu entrei, faz vinte anos que eu estou na enfermagem. (Entrevista 02).

A conquista e a independência não são sentimentos exclusivos em relação ao trabalho, a entrevistada externalizou também sentimentos que giram em torno do sacrifício pessoal e de certa imposição por buscar mais de um vínculo trabalhista dado sua condição de ser a principal responsável pelo sustento da família. Trabalha em dois empregos a nove anos, na área hospitalar possui uma jornada semanal de 44 horas semanais, na modalidade 12 por 36, realizado no período noturno e na saúde pública 40 horas semanais diurnas totalizando uma carga horária de cerca de 84 horas semanais. Questionada sobre os motivos que a levaram a buscar um segundo trabalho ela apontou as dificuldades financeiras vivenciadas principalmente após a separação conjugal:

Pelo fato da nossa remuneração não ser tão boa né. E como na época eu tava separada eu precisava de um outro ganho pra ajudar. Eu tinha dois filhos pequenos e eu precisava de alguma outra coisa porque eu não tinha pensão. Então foi uma opção. Ele me dava quando ele queria, eu não fui atrás sabe, e daí eu optei, e depois foi passando, passando e eu não podia sair do hospital porque a minha aposentadoria... como agora já tô encaminhando né, então lá fora eu tenho já certo que eu tenho um direito né. (Entrevista 02).

As afirmações sobre a importância e o valor do trabalho são construções que se relacionam comparativamente aqueles que não trabalham. Percebe-se certo estranhamento em relação aos indivíduos que não trabalham, sejam eles conhecidos próximos ou não. Quando se referiam aos indivíduos que não trabalham ora apontavam as mulheres do lar que “*só ficam em casa*”, ora os jovens “*que só estudam*”, assim como os desempregados em geral.

Como já frisamos, o trabalho realizado no lar foi uma questão que apareceu constantemente nos discursos dos entrevistados, quando questionados se conheciam alguém que não trabalha e o que achavam dessas pessoas muitas respostas remetiam à mães, irmãs ou outras pessoas conhecidas que são donas de casa. Mesmo sem perguntar diretamente sobre o

assunto, nos momentos em que a conversa estava voltada às lembranças do período de infância, às primeiras experiências de socialização dos jovens para o trabalho apareciam afirmações como “*A minha mãe, ela não trabalhava, pra cuidar da casa e de mim. E meu pai também, eu acho que ele não queria que ela trabalhasse*”(Entrevista 07). Neste caso, estamos diante do trabalho doméstico não remunerado que passa constantemente pelo clivo da desvalorização e do não-reconhecimento por parte do Estado e da sociedade como trabalho produtivo.

Embora o trabalho exercido no lar não seja considerado como produtivo, ele contribui fornecendo as condições necessárias para que os membros da família possam renovar suas forças diárias para trabalhar. A dona de casa também possui papel importante na produção e reprodução da força de trabalho pois ela garante o preparo da alimentação, a organização e higiene do vestuário e da casa, proporcionando conforto aos demais membros da família que possuem trabalho remunerado. Comumente o trabalho do lar não é remunerado e por isso não é valorizado, mesmo contribuindo com a redução dos gastos da família. Desta forma ele pode ser compreendido também como uma relação de exploração que se efetiva no interior da unidade familiar, dado que alguns membros da família se beneficiam do trabalho doméstico não pago, sobretudo na criação dos filhos, é o que nos mostra a seguinte fala:

Todo mundo trabalhava, menos a minha mãe, ela era dona de casa. Eu sou a menor, eu sou a caçula, de oito irmãos. Então, os meus irmãos todos trabalhavam fora. Então, não tinha sabe, eu cresci, e fui trabalhar. Meus irmãos trabalhavam em frigorífico, aí depois cada um foi fazer um curso profissionalizante e cada um teve um lado diferente, um pra uma empresa, outro pra outra, aqui em Chapecó. (Entrevista 02).

Nesse caso trata-se de uma dona de casa pertencente a uma geração anterior que viveu em um período marcado por altas taxas de fecundidade, fator que contribuía para o confinamento das mulheres no lar, impedindo-as de exercer atividades na esfera pública. Atualmente há certo consenso por parte da sociedade de que a mulher deva buscar seu espaço na esfera pública. Apesar de haver um movimento contínuo e crescente do ingresso das mulheres no mercado de trabalho e de maior acesso à educação ainda persiste um quadro muito negativo entre as mulheres brasileiras. É o que nos mostra Oliveira (2013), ao apontar

que as mulheres convivem diariamente com altos índices de violência doméstica, machismo, sexismo, racismo, sub-representação política no legislativo e executivo, persistência de significativas desigualdades salariais. As mulheres estão ainda expostas a processos de adoecimento por estarem submetidas ao excesso de trabalho, sendo que as atuais políticas públicas ainda não garantiram a “corresponsabilidade da sociedade e do Estado na reprodução da vida” (p. 334). As nossas entrevistadas encaram o trabalho fora do lar como uma necessidade para elas e para as demais, compreendendo-o como um elemento conferidor de independência:

Tem uma irmã minha mais velha, ela nunca trabalhou fora, sempre foi dona de casa. Ela nunca se queixou né, mas assim, eu na minha opinião, eu acho que ela deveria ser independente. Então ela é muito dependente, porque ela não dirige, ela sempre foi do lar. Nem carteira de motorista ela fez até hoje. Por não ter um incentivo, eu acho. Não que ela tenha uma vida ruim, ela tem uma vida boa. Eu acho que ela precisaria ser independente. As minhas amigas todas trabalham (Entrevista 02).

Outra afirmação que esbarra no trabalho doméstico não-remunerado, conseqüentemente não reconhecido como trabalho, perpassa pela noção de que se trata de um certo comodismo dessas mulheres que são donas de casa, ficando a mercê de dependerem economicamente de seus companheiros. *“Bah, eu acho assim que são pessoas bem frustradas, não é todas né, mas assim oh, tem umas que são meio depressivas, que querem qualquer coisa tem que pedir pro marido, até pra comprar uma calcinha, não são independentes, eu acho que no fundo elas não são felizes”*. (Entrevista 04). É possível identificar também que a independência e autonomia das mulheres é atrelada à possibilidade de consumo, ligada diretamente a dimensão econômica, sendo que as demais dimensões de gênero como por exemplo, maior participação nas esferas de poder e decisão assim como a necessidade de enfrentar a questão da violência não são mencionadas como um objetivo dessas mulheres. Nesses termos a emancipação das mulheres é compreendida mais na dimensão econômica, sobressaindo-se nas falas:

Ah! Conheço sim...Ah... assim, a gente percebe assim que tipo assim, elas não conseguem, fica assim com vontade de comprar um creme. Porque o dinheiro é teu, daí tu compra. E daí a gente percebe que elas ficam, não compram creme, não compram perfume, porque tudo tem que esperar do marido. Coisa assim sabe? Acho

que elas não tem aquela coisa de trabalhar fora. Tem pessoas que acham que é só o marido que trabalha fora, que elas não tem obrigação. Fazem o serviço da casa e acham que isso é o suficiente (Entrevista 01).

Por outro lado, foi possível observar também o movimento dos homens no envolvimento das atividades domésticas, mesmo que de maneira tímida ou em situações especiais. Um exemplo disso é o caso em que uma das entrevistadas que mencionou a importante contribuição do esposo nos afazeres domésticos o que facilitava muito a conciliação de seus dois empregos. Nesse caso, o esposo não trabalhava pois se encontrava na situação de aposentadoria por invalidez devido a um acidente de trabalho. A condição de saúde do cônjuge não impedia a realização de tarefas domésticas, demonstrando inclusive bom grado em fazê-las:

Durante a semana quem limpa a casa é meu esposo, a “Maria João”... (risos). E daí fica para mim no fim de semana só passar a roupa, roupa ele não passa. Eu deixo tudo separado, ele leva na máquina né. E o resto daí ele vai fazendo durante a semana. O almoço é ele que faz também, daí eu só trabalho né.(Entrevista 01).

Outras entrevistadas mencionaram a ajuda do cônjuge como fator que facilita a permanência delas em dois empregos. A participação da figura masculina do cuidado dos filhos e da casa é um processo recente na história brasileira, porém ainda guarda muita desproporção. Combinando pesquisas quantitativas da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (PNAD) e técnicas qualitativas Bruschni e Ricoldi (2010), concluíram que a participação feminina nos trabalhos domésticos se apresenta de forma constante, cerca de 90% das mulheres que trabalham no ramo produtivo também se dedicam no trabalho doméstico, já a participação dos homens varia entre 40% e 50%. O tempo dedicado ao trabalho doméstico é consideravelmente desproporcional, as mulheres dedicam cerca de 25 horas semanais e os homens 10 horas semanais, além disso a participação masculina é vista como um auxílio periférico não-obrigatório.

Na sequência continuaremos abordando as representações individuais em relação ao trabalho trazendo aspectos mais particulares da ideologia do trabalho que foi construída no contexto da cidade de Chapecó. Trataremos também alguns dados do contexto atual do mercado de trabalho assim como as percepções e vivências dos trabalhadores que possuem dois empregos, especialmente na área da enfermagem.

3 DISPUTAS LOCAIS EM TORNO DO SIGNIFICADO DO TRABALHO.

Para compreendermos os sentidos e significados que os indivíduos atribuem em relação ao trabalho consideramos importante abordar alguns aspectos históricos e culturais da sociedade da qual estamos tratando. Como já mencionado, observa-se em Chapecó uma cultura na qual o trabalho encontra espaço privilegiado, isso se exterioriza nas falas do dia a dia, nos momentos de lazer, na roda de amigos nos cafés e restaurantes, enquanto compartilha-se o hábito de tomar chimarrão.

A construção dos discursos de exaltação ao trabalho perpassam também espaços oficiais e institucionais, depois de elaborados circulam em jornais, revistas e canais de televisão onde são reforçados, sendo então incorporados e reproduzidos pelas pessoas. A cidade de Chapecó é apresentada como uma cidade em franco crescimento econômico, potencial geradora de empregos e renda, possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores, sendo comumente comparada com as demais cidades brasileiras e eleita como uma das melhores cidades para se viver, afirmação reforçada por expressões do tipo “meu mundo é aqui”. Parte de nossos entrevistados corroboram com esse imaginário, é o que demonstra a fala a seguir:

Olha hoje não trabalha, se não quisé, porque mercado de trabalho tem. Graças a Deus hoje se o cara quisé trabalhar, tanto que como eu tenho duas funções, eu conheço muita gente que tem duas funções né, então tem, a gente vê todos os dias vagas de emprego no rádio, agência de emprego pedindo no rádio, pessoas pedindo se conhece alguém para trabalhar, então... Chapecó ainda é privilegiada. A nível nacional a gente não acompanha muito, a gente sabe que tem muito desemprego lá na região Sul, Sudeste, lá né, São Paulo aquela região lá... mas devido ao êxodo de outras regiões né, mais lá de cima da Bahia, aquela região lá né, que é uma região mais precária, eu tive a oportunidade de conhecer, a gente sabe que é uma região mais complicada para se ter um ganho melhor, o salário é bem inferior às nossas regiões aqui, então o pessoal acaba saindo e vindo pra cá né (Entrevista 08).

Parte considerável das falas fazem menção ao contexto de oportunidades de trabalho disponíveis em Chapecó, a afirmação de que a cidade “*é privilegiada*” estabelece uma relação hierárquica com as demais cidades. Neste caso, em termos de oportunidades de empregos sugere a superioridade local em relação às demais regiões, definindo-as como “*mais precárias*”. Em certas falas a percepção sobre o trabalho é colocada de forma relacional com os que não trabalham são carregadas de certa desconfiança e ar de reprovação,

além disso, ao abordarem a questão do desemprego os entrevistados recorrem ao discurso da culpa dos indivíduos:

Olha, acho que é falta de interesse das pessoas, porque emprego tem, basta querer trabalhar né. Porque se eu quisesse de repente até três, quatro emprego eu teria, então eu acredito que não é por falta de oportunidades, porque oportunidade tem. Olha, tem as empresas aqui em Chapecó, a BRF, a Sadia, a Aurora, a Alfa aí, toda hora tão pegando gente. Então... tem as construtoras... falta de emprego não é. Então tem gente que tá acostumado a não trabalhar e eu não entendo como que eles vivem, porque a gente se quebra trabalhando pra ter um pouquinho de conforto e eles... às vezes a gente vê aí, lugares aí, o pessoal fazendo churrasco, bebendo e coisa, e se for vê, no meio daqueles lá, tem um ou dois que trabalham e o resto não trabalham né. Então as vezes eu não entendo isso aí, se o governo proporciona pra eles uma condição de vida assim... não sei...porque eu não descobri ainda pra usufruir desse benefício né... de ganhar Bolsa Família, esse negócio aí. A gente não consegue né (Entrevista 10)

Está presente de forma clara e também de forma sutil a ideia de que os indivíduos são os principais responsáveis, quando não, os únicos responsáveis pela sua situação de desemprego, sendo que poderiam e ou deveriam aceitar as alternativas de trabalho presentes nas empresas da cidade, não importando nesse caso se as condições de trabalho e os salários são atrativos ou não. Além disso, surge nessa fala um julgamento em relação ao Programa Bolsa Família (PBF), programa social de transferência de renda criado pelo governo federal a fim de mitigar os efeitos da pobreza e da fome.

Vale ressaltar que o PBF foi criado em 2003 pela Lei Federal nº 10.836/2004 e é regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, visa atender as famílias de baixa renda que encontram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL). Caracteriza-se também como complementação de renda capaz de ampliar o acesso aos direitos como saúde e educação, atendendo inclusive muitas famílias que, mesmo trabalhando não garantem renda suficiente para as necessidades básicas. Para serem atendidas as famílias beneficiadas devem cumprir alguns requisitos como por exemplo, manter crianças e jovens na escola. O programa tem sido objeto constante de estudo de muitos pesquisadores; considerado como uma importante política de valorização do social e de redução das desigualdades (BASTOS; BOITO Jr; SINGER, 2012). No entanto, a fala de nosso trabalhador demonstra certo desconhecimento e preconceito em relação a política de distribuição de renda na medida em que a considera como um incentivo ao não trabalho, entende que através do Bolsa Família alguns podem

curtir a vida sem trabalhar, tais afirmações expressam elementos conservadores em relação aos direitos sociais.

Dando sequência a análise de outras falas, percebemos a presença constante de algumas contradições, é o caso de alguns entrevistados que, mesmo após terem vivenciado a experiência do desemprego e tendo atualmente um familiar desempregado acreditam que o desemprego está fortemente relacionado com a falta de iniciativa individual, nessa linha de raciocínio algumas pessoas não trabalham por “*ter preguiça*”, ou por “*querer moleza*”. Algumas falas são carregadas de radicalismo em relação aos desempregados e expressam a não aceitação dos indivíduos que querem escolher um trabalho melhor e com maior prestígio:

Eu acho o povo de Chapecó muito preguiçoso, muito preguiçoso. Eu vejo muito falar na televisão que o povo de Chapecó é trabalhador... É mentira! Eu afirmo com todas as letras, é um povo preguiçoso, vagabundo, que não gosta de estudar, de trabalhar nem nada... porque além da preguiça, querem escolher, querem manter a pose, o status, não querem dizer: eu trabalho na Sadia, eu trabalho no Celeiro, tem vergonha. Eu trabalho ali na Tucano... preferem ficar sem recurso, sem dinheiro, sem dar as coisas pra família pra manter uma pose. Entendeu? Isso pra mim é inadmissível, a ponto de me irritar (Entrevista 07).

Temos aqui um olhar externo em relação ao povo de Chapecó, neste caso, a fala é de um trabalhador que, apesar de morar em Chapecó realiza julgamentos a partir das experiências vividas em seu local de origem (Rio de Janeiro). Deparamo-nos constantemente com disputas em relação ao significado do trabalho e em relação ao grupo portador de um ethos mais legítimo em relação ao trabalho. A relação com o trabalho é tratada como uma forma de hierarquizar grupos, se por um lado os moradores locais classificam os haitianos como vagabundos e preguiçosos como demonstrado por Andreola (2015), os que chegam de fora também emitem seus valores e julgamentos em relação aos chapecoenses, contestando a representação hegemônica local de “trabalhador ideal”.

3.1 TRABALHO E COLONIZAÇÃO

Outra característica marcante presente nos discursos de exaltação ao trabalho em Chapecó é a eleição dos imigrantes europeus como os protagonistas do desenvolvimento, da

civilização e do progresso, mediante a cultura do trabalho, concepção esta que também vigorou por muito tempo em outras regiões brasileiras, sobretudo no Estado de São Paulo, local que deteve maior concentração de trabalhadores europeus durante os ciclo do café e no período inicial de industrialização. De uma maneira muito resumida, a constante exaltação do trabalho está colada com a exaltação dos imigrantes, sendo associados à imagem de pioneiros e desbravadores como se o grupo dos brancos tivesse maior afinidade em relação ao trabalho, ao passo que na perspectiva capitalista, o elemento indígena e caboclo não trabalhasse.

A abordagem sociológica exige que tenhamos sempre em mente o fato de que diferentes configurações culturais, étnicas e sociais guardam consigo também diferentes formas de se relacionar, experimentar e perceber a categoria trabalho. No entanto, essas especificidades nem sempre são levadas em conta, incorrendo-se ao erro quando na formulação e reprodução de mitos e estereótipos em relação aos diversos grupos locais e nacionais. Renk (2006), demonstra que a formação sócio-histórica do Oeste Catarinense preservou diferentes concepções do trabalho entre os diferentes grupos étnicos. Além da família e da religiosidade, o trabalho se constitui como um aspecto valorativo, uma virtude dos imigrantes italianos vindos do Rio Grande do Sul. Para estes, o trabalho passa a ter um efeito moralizante na medida em que o indivíduo que batalha duramente passa a ser visto pelos demais como “uma pessoa do bem” em oposição aos outros grupos étnicos locais como indígenas e caboclos vistos muitas vezes como “preguiçosos e vagabundos”, o que a princípio explicaria de uma maneira simplista, suas posições marginalizadas na sociedade em questão.

Atualmente, os recentes grupos de imigrantes haitianos e senegaleses ou migrantes de outras regiões brasileiras também passam pelo clivo dos julgamentos valorativos e simbólicos, preservando-se considerável distanciamento social entre o grupo dominante hegemônico e os demais (ANDREOLA, 2015).

Para a compreensão desse imaginário social em relação ao trabalho é necessário retomar brevemente alguns marcos da história do município, seus principais ciclos econômicos, sobretudo o processo colonizador apontando também os traços distintivos dos grupos étnicos presentes. A história oficial definiu o dia 25 de agosto de 1917 como data de criação do município de Chapecó, além disso, elegeu o grupo dos migrantes italianos vindos do Rio Grande do Sul como principais responsáveis pelo feito civilizador de construção da cidade já que antes disso, predominava um “vazio demográfico” e a lógica da “falta”, falta de estradas, de comunicação e inclusive de população. Renk (2006), nos oferece uma análise cuidadosa a esse respeito ao explicitar que no final do século XVIII os campos foram os primeiros locais ocupados na região oeste catarinense, locais onde por décadas

desenvolveram-se atividades pastoris. Os índios Kaingangs habitantes originários e seculares foram necessários aos fazendeiros, colonos luso-brasileiros, nos primeiros momentos das atividades pecuaristas. Posteriormente acabaram sendo elemento indesejável, sofrendo processos de assimilação e expulsão. A dinâmica social presente durante este ciclo econômico guardou uma série de conflitos, o referido contexto histórico mantinha a região oeste catarinense como subsidiária a outras atividades econômicas desenvolvidas no Brasil:

A descoberta desses campos não foi tão pacífica quanto se poderia supor: de um lado o confronto entre os indígenas e fazendeiros; de outro a divisão interna, intraclasse fazendeira, concorrendo pela ocupação do espaço. A atividade principal passou a ser o tropeirismo. Seu ciclo vai de 1730 a 1870, aproximadamente, decaindo com a introdução das ferrovias. Esta atividade era periférica em relação à mineração e à cultura cafeeira; no entanto, o seu desenvolvimento estava vinculado àquelas atividades econômicas pela valorização da pecuária como fornecedora dos meios de transporte, principalmente as mulas, e pelo fornecimento de couro e alimentação com o gado vacum (RENK, 2006, p. 34)

A região que atualmente compreende o município de Chapecó foi ocupada pela população excedente das fazendas de criar, esta população, distribuída de forma rarefeita passou a ocupar áreas florestais. De longa data, a população nativa ocupava as terras por meio da posse, seu tradicional modo de vida centrava-se em atividades de extração da erva mate e cultivo de pequena roça voltada para subsistência. A abundância de erva mate e de madeira atraiu pessoas de lugares longínquos, porém a necessidade de ocupar e “usar melhor” o “vazio demográfico” foi apontado como motivo para a vinda dos primeiros migrantes do Rio Grande do Sul, principalmente os italianos. A colonização inicia-se pela ação das Companhias Colonizadoras que após obterem concessões do Estado, compraram as terras vendendo-as posteriormente para as famílias recém-chegadas (RENK, 2006).

Com o início do processo colonizador surgem os primeiros movimentos de fricção interétnica, dado que o brasileiro possuía um modo particular de se relacionar com a terra e com o trabalho. Estes como já frisado, de longa data exerciam a ocupação por meio da posse e dedicavam-se ao cultivo agrícola de subsistência, assim como a criação de animais soltos. Já a leva de migrantes italianos, autodenominados como colonos de origem possuíam hábitos voltados para o trabalho pesado e para a poupança, buscando sempre a produção de excedentes. O contexto da colonização passa a ser um local de disputas entre dois mapas cognitivos contendo inúmeros elementos identitários que os especificam e diferenciam. Nessa disputa o grupo “de origem” estabelece um conjunto de valores que se tornaram

predominantes, o que contribuiu para um lento e até mesmo violento processo de expropriação e afastamento dos brasileiros, também conhecidos como caboclos. Desta forma, preserva-se e intensificam-se as tensões entre os grupos étnicos, ocorrendo a segregação socioespacial e construção de relações de subordinação (RENK, 2006).

Os primeiros comerciantes e industriais de Chapecó surgiram de uma fração dos colonos migrantes de origem italiana, vindos do Rio Grande do Sul. A exaltação e afirmação do imigrante italiano como expressão máxima de dedicação ao trabalho se perpetua e se materializa nos monumentos e nos nomes das praças e vias públicas. O Desbravador, monumento de maior destaque em Chapecó, alude ao grupo pioneiro, tido como principal responsável pelo desenvolvimento econômico da cidade.

3.2 TRABALHO E MUDANÇAS SOCIAIS OCORRIDAS NO OESTE CATARINENSE

Por décadas a agricultura, a suinocultura e avicultura constituíram-se como principal atividade econômica desenvolvida em Chapecó e demais cidades da região oeste. Através do formato de integração as famílias de agricultores aproveitaram o excedente de milho e passaram a criar animais suínos e aves abastecendo os primeiros frigoríficos da região, impulsionando assim o desenvolvimento e a consolidação da agroindústria alimentícia. Consta ainda que muitos agricultores não conseguiram acompanhar o conjunto de transformações trazidas pela modernização e revolução verde iniciada na década de 70. A modernização exigia a reestruturação das propriedades, alterando a forma e o volume de produção de um modo que o modelo de integração se dava de uma forma verticalizada, resultando na perda de autonomia dos produtores (RENK ET AL., 2015).

Dentre as exigências destaca-se a alteração no volume produzido, a grande empresa impôs a produção em escala, inviabilizando inclusive a possibilidade de desenvolver a policultura e a criação simultânea de outros animais. Devido à falta de recursos materiais muitas famílias não conseguiram implementar a reestruturação organizacional e tecnológica exigida e acabaram se desligando do sistema de integração. Como alternativa muitas famílias recorreram à venda das pequenas propriedades engrossando assim o fenômeno do êxodo rural já presente no contexto nacional. Algumas famílias permaneceram nas propriedades investindo na produção leiteira, na policultura, através da produção de alimentos

diferenciados implantando pequenas indústrias familiares rurais; outra saída foi integrar-se as novas cooperativas emergentes (RENK ET AL., 2015).

Segundo os dados do IBGE em 2010 Chapecó apresentava uma população de 183.530 pessoas com uma estimativa de 209.553 pessoas para o ano de 2016, sendo que a maioria da população é residente urbana. Dados elaborados pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (SEBRAI) baseados em dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) permite-nos ter uma noção dos aspectos econômicos e sociais da cidade. Atualmente Chapecó possui atividades econômicas variadas, sendo que a base geradora de rendas continua sendo o setor da agroindústria empregando jovens migrantes vindos de pequenas cidades da região oeste, assim como indígenas e grupos de imigrantes recentes, haitianos e senegaleses. Além da agroindústria desenvolveram-se atividades no segmento de metal mecânico, comércio e serviços.

No contexto de formação de Chapecó observa-se a crescente migração de jovens agricultores, sobretudo do elemento feminino, fenômeno motivado pelas possibilidades de trabalho assalariado e também pela busca na continuidade dos estudos. O deslocamento destes jovens provocaram mudanças como o envelhecimento e o celibato de homens no campo como bem demonstrado por Renk et al. (2014). O acesso ao trabalho é um item que se destaca nas análises do Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF). Tais dados evidenciam que a taxa de criação de empresas e empregos em Chapecó é superior em relação às taxas estadual e nacional, isso impacta positivamente, significando baixa concorrência para colocação no mercado de trabalho formal. Só para se ter uma ideia em 2008, a relação concorrencial era de 2,7 habitantes por vaga de emprego, ao passo que a nível nacional essa relação era de aproximadamente 5 habitantes por vaga (SEBRAI, 2010).

A grande empresa, sobretudo a indústria, se constitui como o setor que mais emprega, sendo responsável por cerca de 41,5 % dos postos de trabalho. A indústria alimentícia exporta produtos para mais de trinta países, principalmente Venezuela, Austrália e Argentina. Apesar dessa expressividade em termos de geração de empregos é necessário frisar que os valores médios dos salários pagos geralmente são inferiores aos salários médios pagos no estado e no Brasil (SEBRAI, 2010). Esse dado é relevante em nossas análises porque pode explicar em partes, a procura por alguns trabalhadores, pela conciliação de um segundo emprego. É o caso de um dos nossos entrevistados, um imigrante senegalês de vinte e oito anos que também acabou procurando um segundo emprego para “*dar conta*” de se manter em Chapecó e também enviar ajuda financeira para sua mãe que permanece no país de origem.

A conciliação de dois empregos por parte de alguns trabalhadores pode ser melhor compreendida ao analisarmos certos condicionantes históricos e sociais presentes na própria constituição da cidade. Ao tratar questões da juventude rural, da cultura e das mudanças sociais ocorridas na região Oeste catarinense Renk et al. (2014), destacam o trabalho como uma categoria especial de análise pois “na sociedade tradicional ou na sociedade em mudança acelerada trabalho será uma das categorias nucleantes, transmitida e transmutada de geração em geração”. Neste sentido cabe frisar que o imaginário social em relação ao trabalho, as percepções e os anseios individuais estão em constante movimento porém, as mudanças preservam também alguns traços históricos e sociais das gerações anteriores como é o caso dos jovens migrantes, provenientes de famílias de agricultores:

Esses jovens internalizaram o habitus que será acionado favoravelmente noutros contextos. Lembrarão que estão acostumados a longas jornadas de trabalho; que as tarefas pesadas não os assustam; que enfrentam intempéries como na agricultura, o que seria uma pontuação a seu favor. Ou seja, aprenderam a se autoexplorar e saberão transportar a outros contextos. Isso não significa que todos sejam submissos. Ora recusam a autoexploração, ora acionam-na, quando convém (RENK; DORIGON, 2014, p. 27)

A constituição histórica de Chapecó atrelou-se significativamente à presença dos frigoríficos marcando a trajetória profissional de inúmeros trabalhadores locais, regionais e mais recentemente, de imigrantes estrangeiros. A instalação dos primeiros frigoríficos em Chapecó deu-se entre as décadas de 40 a 60, no início essas empresas tinham preferência por trabalhadores oriundos da agricultura, já habituados ao trabalho pesado e com baixos níveis de escolaridade e qualificação. Tratavam-se de trabalhadores filhos de colonos ou de ex-colonos, na sua grande maioria imigrantes brancos (BEN, 2004). Com o passar do tempo houve o crescimento da cidade e abertura de novos ramos e setores econômicos, maior acesso à formação e às profissões liberais. Ocorreu e ainda está em andamento, uma mudança na perspectiva dos trabalhadores brancos que substituíram a euforia e entusiasmo inicial pela agroindústria pelo desejo de ocupar novos postos de trabalho, sobretudo no setor terciário. Desta forma a escassez de mão de obra passou a ser um problema muito urgente das agroindústrias que, se outrora não admitiam o elemento indígena e os imigrantes negros, agora passaram a buscá-los em lugares distantes e incorporá-los ao trabalho.

Um de nossos entrevistados (imigrante senegalês) trabalhador da agroindústria compartilhou alguns aspectos de sua chegada em Chapecó e sua rotina diária de conciliação

de dois empregos. Logo que chegou no Brasil ficou desempregado cerca de oito meses no estado de São Paulo, período em que vivenciou muitas dificuldades “*é muito difícil lá*”. Acabou vindo pra Chapecó por meio do convite de um irmão que já estava na cidade. O jovem conta que no Senegal exercia a profissão de motorista, sendo que em Chapecó não foi possível exercer esta atividade, que gosta muito, pelo fato de não conseguir a tradução de sua carteira de motorista por isso, teve que ir trabalhar no frigorífico pela manhã e depois também em uma padaria no período vespertino, complementando assim sua renda.

O jovem conta que se manter em dois empregos foi uma necessidade, uma obrigação, e que a principal dificuldade é o cansaço, sendo que nos primeiros meses sofreu bastante e depois, aos poucos seu corpo foi se adequando. Sua rotina de trabalho inicia ainda durante a madrugada, cerca de três horas da manhã, quando acorda e se prepara para pegar o transporte público e ir até o frigorífico onde trabalha das cinco horas da manhã às quatorze horas da tarde. Em seguida, pega outro ônibus e se dirige ao segundo emprego, localizado no centro da cidade onde permanece até as vinte e uma horas da noite, para depois voltar para casa, dormir um pouco e começar tudo novamente. Se levarmos em conta além da jornada normal de trabalho o tempo para deslocamento o entrevistado chega a ter uma jornada diária de cerca de dezesseis horas diárias:

Tinha dor de cabeça, todos os dias”. Primeiro difícil (no início) agora tudo certo, primeiro porque eu não dormia bem, eu trabalhava cedo lá na Sadia, eu acordava três horas, três e meia da manhã, entrar lá (no frigorífico) quatro e cinquenta, sair de lá e vim direto aqui na padaria também, começar aqui três e meia, quatro horas, sair daqui nove horas, chegar em casa dez horas, durmo...(Entrevista 09).

Apesar da maioria dos nossos entrevistados estarem atuando no setor terciário, especialmente no setor de serviços, muitos deles e também parte dos seus familiares já experienciaram a atividade em agroindústrias da cidade, os baixos salários e o tipo de atividade considerada como desgastante e repetitiva motiva-os a mudarem de área, procurando se inserir em outras atividades consideradas mais leves nos setores de serviços.

Conforme demonstrado por Mezzalira (2011), a rotatividade é um elemento muito presente na agroindústria de Chapecó que atualmente passa a lançar mão de trabalhadores provenientes de outras cidades e estados, evidenciando que está em curso um movimento de recusa deste tipo de trabalho por parte da sociedade chapecoense que não aceita as condições de trabalho e os salários ofertados pela agroindústria. Filha mais velha de uma família vinda

do Rio Grande do Sul, a técnica de enfermagem hoje com cinquenta e um anos lembra que começou a trabalhar com vinte anos:

Eu comecei a trabalhar dia vinte e um do sete, não na saúde né, era no Frigorífico Chapecó, eu comecei trabalhar lá na produção, foi o meu primeiro trabalho"... Meu pai trabalhava na fábrica de caixa, depois ele foi pro frigorífico, mas ele ficou pouco tempo lá, depois ele entrou na Casan, daí lá o salário melhorou, lá ele era instalador elétrico. A mãe trabalhava na produção, trabalhou lá no Frigorífico Chapecó até se aposentar (Entrevista 05).

Outro exemplo é o caso de um trabalhador Natural de Chapecó, filho de descendentes imigrantes vindos do Rio Grande do Sul, nosso entrevistado de 38 anos interpreta o trabalho de maneira positiva apontando-o também como uma necessidade que se impôs sobretudo em momentos de dificuldades familiares:

É uma forma de... meu meio de vida, pra tirar meu sustento e também fazer algo que eu gosto, benefício próprio e inclusive da sociedade. "Comecei trabalhar com... muito cedo, ah... antes dos oito anos já vendia picolé pastel, então sempre ia trabalhar bem cedo porque tinha que ajudar a família né. Meu pai era doente, então sempre tive que trabalhar muito". Todos trabalhavam sempre, meu pai teve que se aposentar, que ele tinha câncer na época, então ele ficou um bom tempo doente acamado, daí o salário dele não era suficiente pra... daí a gente acabava que... que todo mundo tinha que contribuir, de alguma forma. Meu pai trabalhou no antigo Frigorífico Chapecó e a minha mãe faxineira a vida toda né então... ah, todo mundo teve que sempre colaborar, teve que contribuir de alguma forma pra sustentar a casa e eu como era o mais velho do segundo casamento do meu pai, meu pai era viúvo quando casou com a minha mãe, então eu tinha uma responsabilidade um pouco maior né, meus irmãos eram todos mais novos e tal... (Entrevista 08).

A passagem por vários empregos é um elemento presente entre nossos entrevistados, mesmo que muitos deles não tenham a compreensão de que trata-se de trajetórias profissionais marcadas pela rotatividade e precariedade. Socializado para o trabalho precocemente desde a infância até os dias atuais o auxiliar de serviços internos teve sucessivas vínculos empregatícios, recorrendo algumas vezes ao empreendedorismo, ao que ele denomina como "*improviso*":

Nunca fiquei desempregado, sempre quando eu saía de um trabalho era porque já tinha arrumado outro. Eu não tive muitos trabalhos, porque eu trabalhei muito na... trabalhei muito como autônomo, assim... não tinha idade pra assinar a carteira, aí eu

trabalhei um bom tempo com teatro né, uns cinco anos mais ou menos, daí eu entrei na Sadia, trabalhei dois anos e meio na Sadia, daí eu saí da Sadia, entrei numa seguradora, vendia seguros, fiquei mais dois anos, entrei como agente da dengue na prefeitura, aí saí da prefeitura e abri um depósito de gás pra mim, mais uns três anos nisso, e aí fui chamado do concurso né, de auxiliar de serviços internos e entrei na prefeitura. Aí nesse período eu fiz o curso técnico em radiologia. Fiquei um ano e meio fora da área, mas eu trabalhava na prefeitura. Aí eu entrei no hospital e fiquei mais cinco anos e meio no hospital, como técnico em radiologia (Entrevista 08).

Sobre sua vivência temporária de trabalho no frigorífico e sua posterior mudança de perspectiva o entrevistado responde sem titubear:

Apareceu outra oportunidade né, um pouco melhor, uma coisa mais salubre, porque frigorífico era temperaturas baixas, saía da temperatura de menos vinte graus e tu ia pra uma área quente que, onde eu trabalhava, o setor que eu trabalhava que era 40 graus, porque era a evisceração de frango... então até hoje a gente tem umas sequelas, as vezes dores nas articulações e tal, e aí foi a proposta que eu tive de trabalhar na seguradora na época, então eu achei melhor, fiz um acerto, fiz um acordo e acabei saindo da Sadia (Entrevista 08).

Com formação de nível médio o entrevistado acima concilia dois empregos a aproximadamente quinze anos, no início além de trabalhar como auxiliar de serviços internos na prefeitura, conciliava o trabalho no depósito de gás e posteriormente, exerceu uma função na área hospitalar, cargo do qual sofreu demissão. Após a demissão buscou novamente uma alternativa de emprego, conciliando com o trabalho exercido na prefeitura. A baixa remuneração é o principal motivo que o forçou ao sobretrabalho:

A situação nossa do país, hoje com um emprego só do jeito que tá não tem como tu se mantê, então pra tu fazê alguma coisa hoje, tu tem que trabalhar muito, ter dois empregos, eu tinha meus objetivos, graças a Deus alguns eu já alcancei outros ainda não que era comprar meu carro, comprar meu apartamento, meu apartamento eu tô pagando, meu carro eu quitei, abri meu próprio negócio que agora eu consegui abrir também. Então com a saída do hospital acabei abrindo meu próprio negócio, então hoje pra tu tê alguma coisa, tu tem que ter objetivos, com um emprego só não tem como...não dá conta (Entrevista 08).

Outro entrevistado compartilhou sua experiência de trabalhar em dois empregos simultâneos. Natural do Rio de Janeiro, o entrevistado veio morar em Chapecó a doze anos, para ficar mais próximo à família da esposa. Concilia dois empregos há cerca de nove anos.

Eu vi que em Chapecó tem até uma certa facilidade, porque? Porque pra mim aqui em Chapecó é tudo perto, não existe coisa longe pra mim... Então eu posso muito bem sair da prefeitura as 13 horas e tá na Efapi as 13:30... Então dá pra arrumar outra coisa pra fazer. Se eu tenho o restante do dia em casa... e vamos falar a verdade: dinheiro não faz mal né!? Eu muito contrariado vim pra Chapecó, eu acho que essa é uma coisa que eu não superei ainda, que como eu falei antes, a polícia era o sonho da minha vida, mas também eu gosto de olhar pro outro lado, o ritmo que eu andava, talvez eu não tivesse vivo hoje. Eu perdi um primo com um ano de polícia, ele tomou um tiro no pescoço, eu perdi vários amigos. Então por um lado eu fico bem triste e por outro eu fico bem feliz, porque hoje mesmo trabalhado do jeito que eu trabalho, eu tenho uma condição de vida relativamente boa. (Entrevista 07).

A prática de conciliar mais de um emprego já era um hábito deste trabalhador ainda enquanto morava no Rio de Janeiro. Uma pequena análise de sua trajetória profissional também evidencia a rotatividade e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho mesmo tendo certo grau de formação:

Então eu comecei a trabalhar com dezessete anos quando eu fui chamado no meu estágio na Petrobras, ali começou, com dezessete anos. Com dezoito eu terminei os meus estudos aproximadamente em 92, concluí meu estágio na Petrobras. Após concluir estágio, o entrevistado afirma que teve dificuldade em se inserir no mercado de trabalho, “E aí foi aquela fase bem difícil da minha vida, foram três anos procurando emprego, três anos eu fiquei desempregado. Meu pai me sustentando uma boa, meu pai nunca, nunca reclamou, mas aquela situação me incomodava muito, mas muito e eu via outros amigos trabalhando, conquistando as coisas e eu ainda parado. E aí até que eu fiz uma espécie de promessa, eu falei não, quando eu começa trabalhar eu não vou mais parar. Eu não vou mais parar, mas não vou mais parar mesmo! E eu levo isso tão a sério que nem férias eu gosto de tirar, sinceramente eu sou um cara que não gosto de tirar férias (Entrevista 07).

Observa-se que as trajetórias de vida dos nossos entrevistados são marcadas pela constante tentativa em melhorar sua qualidade de vida, todavia defrontam-se com as dificuldades de uma inserção adequada e satisfatória no mercado de trabalho, em termos de salários e condições de trabalho. Após terem experimentado uma gama de outras atividades parte considerável de nossos entrevistados buscaram um grau maior de formação profissional técnica inserindo-se na área da saúde e visualizaram na enfermagem uma oportunidade de fixarem-se profissionalmente. Nesse momento abordaremos alguns aspectos desta profissão, as percepções e vivências desses trabalhadores.

3.3 ENFERMAGEM E SUAS CONDIÇÕES

Segundo Machado et al. (2016), a enfermagem compõe com os profissionais médicos a maior parte da força de trabalho em saúde. O mais recente estudo sobre o perfil da enfermagem brasileira é de 2013 e foi realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). A equipe de enfermagem é composta por profissionais enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem totalizando naquele ano cerca de 1,8 milhão de trabalhadores registrados no Conselho Federal de Enfermagem (Cofen)

A saúde se constitui como importante setor da economia brasileira, geradora potencial de postos de trabalho sobretudo no setor público municipal, estando presente também no setor privado, filantrópico e de ensino. O estudo evidenciou aspectos positivos e negativos da profissão. Dentre os aspectos positivos destaca-se o crescimento da oferta de profissionais, maior qualificação através de graduação e de pós-graduações e a entrada maior de homens nesta profissão. Dentre os aspectos negativos destaca-se a concentração desses profissionais na região Sudeste gerando desequilíbrio entre sobre oferta e escassez de profissionais. A análise do perfil dos trabalhadores da enfermagem sinaliza um processo intenso e crescente de desvalorização e precarização do trabalho. Diversas são as formas de exploração desses trabalhadores que se submetem a subsalários, defrontados pela ausência de lei trabalhista que defina um piso salarial digno. Além dos subsalários parcelas significativas desses trabalhadores enfrentam desemprego aberto, subjornadas ou multiempregos. (MACHADO ET AL., 2016).

A remuneração, a oferta e demanda, a forma de contratação dos profissionais da enfermagem variam entre as regiões brasileiras. A pesquisa mostrou que muitos trabalhadores da enfermagem, sobretudo da região Nordeste ganham menos de mil reais e muitos ganham menos de um salário mínimo, principalmente aqueles que trabalham por conta própria fazendo “bicos” em subjornadas (jornadas inferiores a 20 horas) o que não lhes garantem a remuneração adequada para sobrevivência. Além disso, cresce no Brasil a forma de contratação por terceirização o que culmina na diminuição dos salários e a precarização das condições de trabalho, intensificação do trabalho devido a diminuição de trabalhadores, demissões inesperadas ou recontração por nova empresa dificultando organização da vida financeira e dos períodos de férias (MACHADO ET AL., 2016). Se analisarmos comparativamente os nossos entrevistados situados no campo da enfermagem encontram-se

em situação um pouco mais favorável na medida em não são terceirizados e seus salários ficam em torno de dois a três mil reais. Mesmo assim contando com a condição de estabilidade presente na saúde pública a maioria dos profissionais se mostraram insatisfeitos em relação à valorização financeira:

Valorizado financeiramente não, mas digamos assim...socialmente sei lá, acredito que sim porque faço aquilo que eu gosto né. Mas financeiramente não. Nossa! É uma frustração na realidade né. Porque se fosse só trabalhar no hospital, eu não faria isso, procuraria outra coisa, mas como eu gosto da área e coisa...então...(Entrevista 10).

Segundo Machado et al. (2016), a enfermagem continua sendo uma profissão fundamentalmente feminina e apresenta condições de trabalho inadequadas e insatisfatórias. Considerada também como uma atividade de natureza muito desgastante física e psicologicamente. Muitos ambientes de trabalho são marcados por diversas formas de violência (psicológica, de gênero, física) e discriminação (em relação a raça, cor, idade, deficiência física e aparência) geradoras de um clima de insegurança, riscos e adoecimento. Os processos silenciosos de adoecimento são percebidos e externalizados por alguns entrevistados, em geral apontam o surgimento de hipertensão precoce, do aumento exagerado de peso sem uma explicação clínica aparente. Acreditam que a privação do sono possa ser um motivo gerador de muito cansaço e adoecimento e que a natureza do trabalho seja desgastante.

A minha saúde, por mais que eu me cuide e coisa... eu notei que de uns anos pra cá tipo... de uns três anos pra cá minha saúde deu uma caída. Em relação a exames de sangue que eu nunca tive problema, alterou a ferritina, pressão alta, tô tomando remédio pra pressão. Então, me considero ainda novo pra esse tipo de coisa, um stress que envolve essa dupla jornada, tá me prejudicando. Privação de sono, e o stress da própria situação da criança ali, e você querendo fazer um algo a mais e não ter condições... isso aí te... então te... te abala bastante né. Então, não... acredito que não deva ser só eu, mas a minha equipe inteira lá no hospital é assim. Nós somos em cinco, de cinco quatro são hipertensos. Eu sou único homem, as outras três são mulheres e são hipertensas também, tomam remédios, A mesma medicação que eu tomo elas tomam também (Entrevista 10).

Outras falas se polarizam entre o sentimento de satisfação em relação à valorização da profissão. Um dos entrevistados considera-se valorizado financeiramente, mesmo tendo que se dedicar a dois empregos:

Eu me sinto sim, claro, financeiramente a gente sempre tenta ganhar mais né. Mas o que eu ganho hoje eu estou bem satisfeito, que na Unimed eu sou técnico de enfermagem nível II, então eu já ganho um pouquinho mais que os outros né. Financeiramente eu tô bem satisfeito tá. Eu gostaria de ganhar o que eu ganho hoje, com um emprego só, mas infelizmente não tem né. Mas eu me sinto valorizado sim (Entrevista 11).

Neste capítulo tratamos das questões ligadas a identidade da cidade, vimos que as representações hegemônicas dos entrevistados consideram o trabalho como uma virtude, especialmente o trabalho manual, característica especial do povo chapecoense que, vindo do meio rural habituou-se ao trabalho pesado e contínuo. Contudo há também o espaço para a contestação deste imaginário e a constatação de que a dedicação exacerbada ao trabalho não se realiza apenas pelo gosto individual mas em decorrência de uma necessidade que se impõe. A seguir continuaremos tratando sobre as percepções e vivências dos trabalhadores que possuem dois empregos dando ênfase à questão das jornadas de trabalho, da necessidade desses trabalhadores se submeterem a longas jornadas de trabalho semanais, para efetivação de melhores rendimentos e maior capacidade de consumo.

4 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA JORNADA DE TRABALHO

A prática do multiemprego é determinada por uma multiplicidade de fatores, já elencamos nos capítulos anteriores aspectos sobre a incorporação da ideologia do trabalho pelos indivíduos, a configuração de um ethos do trabalho construída a partir de especificidades históricas sociais e culturais locais, as percepções e singularidades de gênero em relação à categoria trabalho. Abordamos também aspectos gerais sobre as trajetórias da vida profissional dos entrevistados, seus níveis de formação, a inserção precoce no mercado de trabalho, as condições de trabalho e salário dos trabalhadores da enfermagem, que representam a maior parte dos entrevistados. A jornada de trabalho é outro elemento que merece nossa atenção pois relaciona-se estritamente com a categoria trabalho interferindo nos demais aspectos da vida, sobretudo no bem-estar dos trabalhadores e, de forma particular, dos indivíduos que possuem multiempregos.

Nesse capítulo, procuramos discutir brevemente as transformações históricas que envolvem a jornada de trabalho, analisaremos a percepção dos entrevistados sobre suas condições, os motivos e consequências das múltiplas jornadas, estratégias individuais de organização e adequação dos demais aspectos da vida. Dentre os autores que os ajudam a compreender a evolução histórica das jornadas de trabalho assim como o fenômeno da intensificação do trabalho na contemporaneidade destacamos o sociólogo Sadi Dal Rosso. Segundo ele, o estudo sobre a jornada de trabalho é complexo e importante pois é a partir do trabalho que a maioria dos indivíduos organizam os demais aspectos da vida. A jornada de trabalho deve ser compreendida como fruto de uma construção social apresentando diferentes configurações de acordo com a sociedade, com o momento histórico e com o modelo produtivo vivenciado. A maneira de mensurar a jornada de trabalho também apresenta variações, podendo ser por dia, por semana, por mês, por ano e pelo decurso completo da vida (DAL ROSSO, 1996).

Se voltarmos nossa atenção para a história da humanidade veremos que a duração da jornada de trabalho está sujeita a um conjunto de condicionantes apresentando oscilações tanto para alongamentos como para diminuições. Durante a Idade Média por exemplo, a jornada de trabalho era significativamente inferior ao período moderno, dado que o modo de produção feudal voltava-se para a subsistência; a produção agrícola, o artesanato e a manufatura, eram atividades prevalentes e geralmente dependiam muito das condições

climáticas, nem sempre favoráveis. É necessário levar em conta também que o modelo escravista antigo e servil da Idade Média, eram centrados na lógica da subsistência e possuíam diminutos aparatos tecnológicos. Todos esses elementos associados a uma cosmovisão altamente religiosa e mística não impulsionavam as pessoas para mais trabalho (DAL ROSSO, 1996).

Este quadro modifica-se consideravelmente com a chegada da modernidade. Todas as transformações realizadas pela Revolução Industrial, a saber, a concentração de trabalhadores nas fábricas, a descoberta da luz elétrica, a introdução gradativa de novas máquinas, a lógica da acumulação, da racionalização e laicização do mundo impactavam as jornadas de trabalho para um gradativo alongamento, alcançado inclusive o limite das possibilidades humanas. Neste momento, os trabalhadores de vários países organizaram-se promovendo pressões sociais e políticas a fim de conquistar a regulamentação e a redução das jornadas, fenômeno que se inicia no início do século XX. Na contemporaneidade a jornada de trabalho continua sendo construída a partir do enfrentamento entre as classes, trabalhadores e capitalistas continuam uma disputa em torno da duração da jornada de trabalho, disputa esta, mediada ou não pelo Estado. O estabelecimento das jornadas de trabalho estão relacionados com a etapa de desenvolvimento do capitalismo e também com a etapa de desenvolvimento das forças produtivas. Segundo o autor, este aspecto possui relevância analítica dado que o aumento da produtividade não conduz de forma automática para a liberação gradativa dos trabalhadores, a diminuição da jornada de trabalho neste caso, tem mais a ver com a resistência e organização política dos trabalhadores. “A redução do trabalho não é determinado somente pela produtividade. Talvez muito mais o seja pelo sistema de relações de trabalho que se construíram através dos tempos” (DAL ROSSO, 1996, p. 210).

Percebe-se que o tempo de trabalho continua sendo um objeto de disputa, e o controle do tempo de um indivíduo sobre outro também pode ser visto como uma forma de poder. Além disso, é importante ressaltar que não se trata apenas de formas de controle externas, aquelas desenvolvidas pelo fordismo e taylorismo, mas sim pela coerção interna, realizada pelo próprio indivíduo através da autocobrança. Em um mundo onde a lógica da racionalização abarca cada vez mais esferas da vida individual e social, ocorre também o controle rigoroso dos recursos materiais e humanos assim como o controle dos tempos dos trabalhadores. O controle e sincronização dos tempos de trabalho passaram a existir assim que surgiram as primeiras formas de trabalho heterônomo, ou seja, o trabalho feito para um terceiro. Ainda nas antigas civilizações escravos e servos eram submetidos a um controle do tempo de trabalho, porém o controle e sincronização dos tempos de trabalho passam a ter

maior importância a partir do momento que se estabelecem relações de trabalho assalariado, mais precisamente, durante a Revolução industrial. Aos poucos difundiram-se nos países ocidentais comportamentos pautados na premissa de que tempo é dinheiro e o alongamento das jornadas de trabalho tanto em países subdesenvolvidos quanto em países altamente desenvolvidos constitui-se como um dos principais paradoxos do trabalho na contemporaneidade, frustrando as expectativas crescentes de redução (DAL ROSSO, 1996).

A questão da jornada de trabalho é um campo de disputa que envolve diferentes meios, pode estar ou não na pauta sindical, acadêmica, patronal e estatal. O interesse e a força decisiva desses segmentos variam entre os países. Enquanto na França a redução da jornada de trabalho foi vista pelo Estado como alternativa ao enfrentamento de crises econômicas e do aumento do desemprego a fim de manter e gerar novos postos de trabalho, no Brasil houve forte protagonismo dos sindicatos, mais precisamente dos metalúrgicos (CARDOSO, 2007).

Nos Estados Unidos mesmo dispor de forte potencial produtivo com moderno aparato tecnológico e de infraestrutura a classe patronal mostrou-se muito resistente às reivindicações de redução de jornada, apostando inclusive na intensificação e alongamento das mesmas. Na Alemanha a progressiva redução das jornadas de trabalho está associada ao histórico sindicalismo combativo e suas atuais negociações com as empresas (DAL ROSSO, 1996). A princípio as jornadas de trabalho parecem imutáveis, isto porque geralmente ocorrem de forma lenta, sendo influenciada por componentes sociais:

O limite social constitui uma categoria central no entendimento de como se transforma a jornada de trabalho. Enquanto socialmente é aceita, pois a jornada média é considerada moral, ética ou politicamente sustentável, a extensão da jornada ganha sobrevivência. A medida que seus suportes éticos, morais e políticos são erodidos, constroem-se as condições para a sua mudança. (DAL ROSSO, 1996, p.157)

A seguir veremos como se deram as mudanças em relação à jornada de trabalho no Brasil e, algumas disputas que ainda estão postas, chamando atenção também para o fato de que a discussão da duração da jornada de trabalho nem sempre foi acompanhada com o debate em torno da garantia de salários dignos. Para grande parte dos trabalhadores brasileiros a questão da jornada de trabalho e dos salários se tornam elementos cruciais pois a busca pelo bem-estar se efetiva pela garantia de trabalho e salário. Através deles os indivíduos acessam bens materiais e simbólicos, todavia, como os salários não conseguem responder a contento

um conjunto cada vez mais amplo de produtos e serviços ofertados pelo mercado, os indivíduos se veem forçados a buscar cada vez mais trabalho.

4.1 JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL

De acordo com Dal Rosso (1996), o estudo atento sobre as jornadas de trabalho ajudam a desmascarar o estereótipo de que somos um país de preguiçosos, de pessoas que não gostam de trabalhar. O fato de não possuímos a mesma capacidade produtiva de alguns países de capitalismo desenvolvido, não significa que somos arredios ao trabalho. O que se verifica é exatamente o contrário dado que continuamos na lista dos países que possuem as mais longas jornadas de trabalho, ao lado de países asiáticos e latino-americanos. Como apontado anteriormente, o autor analisa a evolução histórica mundial das jornadas de trabalho descrevendo-as em forma de uma curva na qual aparece primeiro o alongamento das jornadas seguido pela sua maximização e posteriormente pela sucessiva redução. Primeiro a classe trabalhadora dos países do capitalismo central e posteriormente os de países de industrialização tardia revidaram às elevadas jornadas de trabalho com grandes greves e pressões sociais que culminaram na gradativa redução das jornadas de trabalho.

No Brasil a primeira regulamentação da jornada de trabalho ocorreu em 1932 por meio de decretos que em seguida, foram assimilados pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 definindo jornada de quarenta a oito horas semanais. Em 1985 um novo e crescente cenário de greves e pressões por parte dos trabalhadores organizados em sindicatos combativos conquistaram uma nova redução da jornada para quarenta e quatro horas semanais legitimada posteriormente na Carta Cidadã de 1988. Neste sentido a redução da jornada de trabalho representa a conquista de direitos por parte dos trabalhadores no entanto, Dal Rosso (2006) chama atenção para o fato de que apesar de haver uma tendência mundial em relação à redução das jornadas de trabalho, esse direito encontra-se ameaçado em função do avanço de políticas neoliberais onde governantes e classes patronais começam a defender novos prolongamentos da jornada de trabalho, a exemplo dos Estados Unidos na busca pelo aumento da produtividade em um mercado mundial altamente competitivo. Segundo o autor a duração do tempo de trabalho poderá apresentar variações para cima e para baixo da curva, permitindo em certa medida indicar o grau de exploração que os trabalhadores estão submetidos.

Aproximando-se desta temática Cardoso (2007) nos oferece importante estudo acerca das vivências individuais em relação ao tempo de trabalho e de não-trabalho analisando diferentes usos do tempo e as percepções e representações individuais dos trabalhadores da Volkswagen ABC no Brasil, em um contexto marcado pela flexibilização das jornadas de trabalho a partir da década de 90. A autora aponta que as relações entre os indivíduos e a categoria tempo é resultado de uma construção social, os tempos sociais variam de acordo com as culturas e os contextos históricos. Nas sociedades capitalistas contemporâneas predominam ritmos de tempo acelerados e o tempo de trabalho continua ocupando lugar central em relação a outros tempos sociais. Sobre as relações históricas de trabalho construídas socialmente a autora salienta:

No Brasil, a invenção do trabalho capitalista, assim como em outros países, foi um longo processo, marcado pela disputa de interesses, visões de mundo, num contexto onde a correlação de força foi sempre desigual. Tal processo não pode ser pensado apenas do ponto de vista econômico, mas também envolve questões sociais e culturais. Por isso mesmo há ênfase e valorização do trabalho, do progresso, das cidades e do tempo cada vez maior dedicado ao trabalho. Ao mesmo tempo, reforça-se a marginalização da malandragem, do não-trabalho; além da vinculação da pobreza—na qual está inserida a maior parte dos brasileiros —, e a preguiça, o ócio, a não aceitação do trabalho como definido pelo capital e pelo Estado. Valorizações e desmerecimentos realizados a partir de diversas ações e nos mais diferentes espaços; via legislação, discurso, propaganda, música e mesmo a violência (CARDOSO, 2007, p. 112)

Apesar de nossas relações com o tempo e com o tempo dedicado ao trabalho resultarem de construções sociais, comumente toma-se a categoria tempo como sendo um fenômeno natural e universal, algo uniforme, dado e imutável. Normalmente os indivíduos e as instituições tendem a encarar o tempo de forma objetiva, quantificando-o e mensurando-o sem levar em conta as experiências e vivências dos sujeitos. Nesse sentido, sugere que além da dimensão quantitativa do tempo, existe a dimensão qualitativa, sendo assim, mesmo trabalhando na mesma empresa, cada trabalhador vivencia seus tempos de trabalho e de não-trabalho de maneira particular, essas particularidades relacionam-se com o gênero, a geração, o turno, o grau de formação, o tipo de atividade e as aspirações pessoais (CARDOSO, 2007).

Ramos (2008), efetuou um estudo acerca do perfil da jornada de trabalho dos trabalhadores formais no Brasil a partir de dados fornecidos pelo RAIS (Relação Anual De

Informações Sociais) do Ministério do Trabalho (MT). O estudo constatou que as jornadas de trabalho em 2005 apresentaram poucas variações entre as regiões brasileiras, sendo em torno de 40 horas semanais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, cerca de 41 horas nas regiões Sul e Sudeste. Além disso os dados demonstram que as menores jornadas de trabalho se encontram no setor público e de serviços e as jornadas maiores nos setores de extração, pecuária, construção civil e comércio, chegando até 44 horas. Constata ainda que as jornadas de trabalho são maiores entre os trabalhadores que ganham faixas salariais menores de três salários mínimos e diminuem conforme aumentam as faixas salariais. A jornada de trabalho é maior entre os trabalhadores com menor nível de instrução formal.

Como vimos até aqui, a busca pela redução da jornada de trabalho é um fenômeno inacabado em vários países inclusive no Brasil onde algumas categorias profissionais ainda lutam pela redução de jornadas e, muitas já conseguiram redução significativa. Desde 1999 o Projeto de Lei do Senado nº 161 dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem propondo jornada de seis horas diárias e trinta horas semanais, atualmente tramita como Projeto de Lei nº 2.295/2000. O Projeto de Lei 6.277/2002 iniciou a reivindicação da jornada de 30 horas semanais para os Farmacêuticos, tramita atualmente como Projeto de Lei do Senado nº 513/2015. Os profissionais Nutricionistas também reivindicam a redução de jornada para 30 horas semanais de acordo com o Projeto de Lei do Senado Nº 249, de 2006.

Entre as categorias profissionais que já conseguiram redução de jornada de trabalho que ficou geralmente em torno de 30 horas semanais ou menos, destaca-se a área de saúde que por conta da especificidade de determinadas atividades e dos riscos que comportam alcançaram a redução. Em 1.985 foi sancionada a Lei 7.394/85 que fixou a jornada de trabalho dos profissionais Técnicos em Radiologia para no máximo 24 horas semanais. Em 1.987 os profissionais Fonoaudiólogos tiveram a jornada de trabalho fixada em 30 horas semanais por meio da Lei 7.626/87. Os Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais também tiveram sua jornada reduzida para no máximo 30 horas semanais em 1994 pela Lei 8.856/94. Recentemente houve a redução da jornada de trabalho dos profissionais Assistentes Sociais através da Lei 12.317/2010.

Em outras áreas destaca-se a jornada de trabalho dos bancários, fixada em 30 horas semanais pela Lei Nº 7.430/87. Para os advogados empregados, salvo convenções coletivas ou regimes de dedicação exclusiva, a carga horária fixada pela Lei 8.906.94 não pode exceder a 4 horas contínuas por dia e 20 horas semanais. Conforme demonstrado por Cardoso (2007)

os avanços e conquistas da redução de jornadas de trabalho foram mais expressivas nas categorias profissionais que apresentavam forte organização sindical, desse modo, essa discussão no Brasil, se deu de maneira localizada e pontual, não alcançando um debate a nível nacional, esta explicação nos ajuda a entender por que convivemos com diferentes jornadas de trabalho que variam de 30, 36, 40 e 44 horas semanais, sem contar a possibilidade de contratos de trabalho em tempo parcial (inferior a 25 horas semanais).

Não pretendemos aqui pormenorizar na sua totalidade as categorias que tiveram redução da jornada de trabalho ou que estão em processo de conquistar a redução, também não é de nossa intenção analisar a efetividade na prática daquilo que foi estabelecido legalmente. Os exemplos acima servem somente para demonstrar que está posto um processo contínuo de busca pela redução das jornadas de trabalho inferiores à regra de 44 horas semanais estipulada pela Constituição Federal de 1988. O estudo acerca da redução das jornadas de trabalho é importante para atingirmos o objetivo de nossa pesquisa pois acreditamos que a partir da existência de jornadas de trabalho reduzidas abre-se também a possibilidade de novas dinâmicas em relação aos usos diversos do tempo por parte destes trabalhadores, no entanto, se não acompanhada por uma política de salários dignos, a redução das jornadas desencadeia efeitos inesperados como por exemplo a busca por mais um vínculo trabalhista.

Quando abordamos a questão das jornadas de trabalho é importante direcionar também nossa atenção para os possíveis reflexos nas condições de trabalho, dado que elas também se constituem como aspecto crucial para os trabalhadores, sobretudo quando a redução de jornada vem acompanhadas com processos de intensificação do trabalho mediante a adesão de novas formas de gerenciamento e organização de alguns setores. Sobre esse ponto atemo-nos para as ponderações de Cardoso (2007), pois apesar de termos estabelecido formalmente a redução da jornada de trabalho, parte considerável de trabalhadores passou a aumentar a quantidade de horas extras, além disso, em determinadas profissões a redução de tempo de trabalho veio acompanhado com a intensificação do trabalho, imposta pelo incremento de novas tecnologias e novas formas de organização dos locais de trabalho.

Permanecendo na questão sobre as dimensões quantitativa e qualitativa da categoria tempo, diferentes equações são possíveis, em outras palavras, um trabalhador que possui uma jornada de seis horas diárias poderá ter um ritmo mais intenso de trabalho do que outro que possui uma jornada mais extensa. Variações qualitativas dependem do tipo de trabalho e da forma como o trabalhador se organiza para realizá-lo, dependendo também do grau de

autonomia para organizar seus ritmos de trabalho. Em uma linha de produção altamente mecanizada por exemplo, o trabalhador terá seu ritmo de trabalho definido por elementos externos e sua autonomia poderá beirar a nulidade. Quando se propuseram pôr em pauta a redução da jornada de trabalho, os atores envolvidos deram ênfase à necessidade de garantir empregos e gerar mais postos de trabalho, na tentativa de seguir o exemplo de países como França e Alemanha. Além disso, defendiam a redução de jornadas de trabalho na forma de flexibilização mediante a reformulação e controle anual de banco de horas, atendendo assim às flutuações da produção. Questões que tratavam sobre a importância da redução da jornada para que o trabalhador tenha mais tempo livre para si e para a família, repercutindo na saúde e na qualidade de vida foram relegadas e tratadas de maneira tímida (CARDOSO, 2007). A seguir analisaremos alguns aspectos das vivências desses trabalhadores que estão submetidos a dois empregos e em consequência disso, à acumuladas jornadas de trabalho.

4.2 A JORNADA DE TRABALHO COMO UM DIREITO, A EXTRAPOLAÇÃO DA JORNADA COMO UMA NECESSIDADE

É possível perceber que o processo de construção de garantias e direitos trabalhistas, incluindo a regulamentação e redução gradativa das jornadas de trabalho resultaram da ação e engajamento de várias atores sociais em várias partes do mundo. Trabalhadores organizados em sindicatos e associações profissionais, em partidos políticos e movimentos sociais construíam aos poucos, suas pautas e reivindicações, enfrentando inclusive processos violentos de repressão por parte dos aparelhos estatais. Cabe ressaltar também a importância da Organização Internacional do Trabalho (OIT) criada logo após a Primeira Guerra Mundial como definidora de normas e recomendações internacionais destinadas a estabelecer relações de trabalho capazes de promover maior justiça social. Um debate atual promovido pela organização diz respeito à necessidade global de geração de empregos decentes. O entendimento da OIT é de que o crescimento econômico dos países deve ser acompanhado por políticas de geração de empregos decentes e que a partir deles é possível diminuir a pobreza mundial, as desigualdades sociais e de gênero. O trabalho decente é aquele que respeita e assegura os princípios e direitos fundamentais humanos, como por exemplo a

liberdade e a igualdade, que seja sustentável e capaz de promover o bem-estar dos indivíduos. Ocorre que cada região do globo possui especificidades econômicas em relação à dinâmica de geração de empregos e salários, uma economia baseada no setor de produtos primários por exemplo, poderá sofrer com flutuações de preços no mercado mundial, ficando refém da demanda e dos acontecimentos externos, ameaçando a geração e sustentação de empregos formais (OIT, 2006)

Em linhas gerais estudos desenvolvidos por órgãos internacionais como a OIT e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) apontam para o aumento do desemprego, da informalidade, a presença marcante de trabalho forçado e trabalho infantil assim como a permanência da pobreza e da desigualdade, demonstrando que apesar de alguns países da América Latina apresentarem algum nível de desenvolvimento econômico, ele não refletiu na vida de muitas pessoas o que em grande medida correlaciona-se com a estrutura do mercado de trabalho:

A estrutura dos mercados de trabalho na América Latina é bastante fragmentada: não apenas quase um terço da força de trabalho total se encontra nas zonas rurais, como mais da metade dos empregos corresponde a trabalhadores independentes, trabalhadores no serviço doméstico, trabalhadores familiares não-remunerados, ou assalariados em microempresas de até cinco trabalhadores. Esses setores não só concentram grande parte da pobreza, mas também da informalidade. E, portanto, do déficit do trabalho decente na região (OIT, p. 7).

Dentre os objetivos estratégicos e transversais elaborados e propostos pela OIT para geração de empregos decentes consta a necessidade de erradicação do trabalho infantil, erradicação do trabalho forçado a partir da conjugação de várias políticas econômicas e sociais. A compreensão do que é trabalho precarizado é complexa e perpassa por vários elementos, a saber, a natureza da atividade, a intensidade, a duração das jornadas, a rotatividade e a subremuneração. Comumente o trabalho precário é compreendido como aquelas atividades que não se sustentam a médio ou longo prazo, perdendo assim sua continuidade devido às circunstâncias cada vez mais transitórias do mundo globalizado ou, aqueles que estão no bojo da informalidade, possuindo assim menor abrangência de direitos e geralmente, menor remuneração (OIT, 2006).

Pode-se compreender também como trabalho precário ou precarizado aqueles que, mesmo gozando da condição de formalidade e estabilidade, são mal remunerados e impactam de alguma forma a vida dos trabalhadores, é o que constatamos em nossa pesquisa, pois nossos entrevistados em sua maioria trabalham no contexto formal, no setor público e privado porém, devido aos baixos salários acabam, por muitos anos, tendo mais de um emprego. Pela perspectiva das jornadas de trabalho, não podemos considerar que uma pessoa que acumule jornadas semanais de trabalho próximas a oitenta horas, gozam plenamente de um trabalho decente. As principais dificuldades vivenciadas pelos entrevistados estão diretamente relacionadas com a questão do reduzido tempo livre, é o que se evidencia por meio de afirmações como: *“É assim, o tempo livre que eu tenho, que é bem pouco, digamos, eu tenho todas as noites livres a partir das onze da noite. O que eu faço é dormir, muitas vezes dormir sem jantar, por causa do cansaço tá”* (Entrevista 07). O reduzido tempo livre impacta negativamente esses trabalhadores que não conseguem repôr a contento suas energias físicas e mentais, convivendo diariamente com a sensação de cansaço e também com privações: *“eu acho que tem que viver, e a gente trabalhando em dois lugares, tu não vive muito. Tu consegue se adequar, conforme teus horários e compromissos, mas tu não vive. Porque passar noite em claro não é fácil”* (Entrevista 03).

Para dar conta da conciliação de dois trabalhos e de longas jornadas, muitos trabalhadores ignoram certos limites da capacidade do corpo humano como a necessidade de dormir, de se alimentar adequadamente, de praticar atividades físicas e lazer: *“uma coisa que eu gostava de fazer era sair para dançar, a gente não faz porque ha... o meu tempo não permite, meu cansaço não permite mais”*(Entrevista 02). Trabalhar somente em um lugar e ser melhor remunerado é visto como possibilidade de “ter uma vida normal” e como um ideal futuro a ser seguido, porém incerto. Conforme Robazzi et al. (2012) já existem estudos que relacionam o excesso de trabalho ao favorecimento de doenças físicas e mentais, principalmente entre os trabalhadores da saúde, os quais relatam sentimentos variados de cansaço, exaustão, frustração e ausência de tempo destinado ao lazer. Além disso, os estudos indicam que o excesso de trabalho entre os profissionais da saúde contribui para a maior ocorrência de absenteísmo, acidentes de trabalho e erros de medicação.

4.3 NECESSIDADES REAIS OU CRIADAS?: SALÁRIO, CONSUMO E A FALTA DE TEMPO LIVRE.

Para além do campo do trabalho, na sociedade contemporânea ou pós-industrial, o elemento que ganha centralidade é o consumo, a partir dele os indivíduos encontram realização pessoal, constroem suas identidades e expressam suas subjetividades e se distinguem entre si. Retondar (2008, p.141) se refere a “um deslocamento, onde as identidades passariam a ser constituídas a partir de um conjunto de esferas localizadas fora do espaço do trabalho, em grande medida entrelaçadas à dinâmica do consumo”. Acontece que, para a classe trabalhadora o acesso ao consumo está condicionado ao salário e quando são baixos, o trabalhador sente-se na obrigação de buscar novas alternativas de complementação de renda. Os baixos salários foram apontados pelos entrevistados como motivo principal que os levaram a buscar um segundo emprego. Criado em 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, o salário mínimo (SM) estabelece a remuneração mínima para que os trabalhadores possam garantir os meios de sobrevivência. O SM é compreendido como um direito social expresso na Constituição Federal. No Artigo 7º, inciso IV estão definidas suas características e funções:

Salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo (CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

Sua importância está no fato de garantir uma remuneração mínima para os trabalhadores do campo e da cidade e também atuar como um balizador sobre outras remunerações na área da previdência e assistência social. No setor privado o aumento dos salários também é influenciado pelo aumento do SM, guardando diferenças regionais e entre os diversos setores da economia. Desde a criação do Plano Real o SM apresentou sucessivos aumentos reais, alcançando de 1994 para 2008 um aumento de 108,3%. Todavia, o aumento

do SM não impacta da mesma forma todos os trabalhadores, haja vista o mercado de trabalho informal e as muitas famílias que percebem menos de um SM. Neste caso, o aumento real do SM não possui tanta eficácia sobre a diminuição da pobreza extrema, necessitando-se de outras políticas de distribuição de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) (AFONSO ET AL., 2011).

Apesar de a legislação definir que o SM deva atender ao conjunto de necessidades básicas humanas, na prática ele não tem se mostrado suficiente. Recentes estudos que levam em conta a soma dos preços pagos aos produtos e serviços estimam que, para dar conta de todas as necessidades básicas de uma família o valor do SM calculado para o mês de outubro de 2017 deveria ser de R\$ 3.754,16 valor consideravelmente superior ao atual que é de apenas R\$ 937,00 (DIESESE, 2017). Destacamos que, para essa pesquisa não chegamos a calcular a renda per capita média das famílias dos entrevistados, levamos em conta apenas a remuneração individual dos trabalhadores que, mantendo apenas um emprego percebem uma renda de até três salários mínimos, quantidade que consideram insuficiente para arcar com as despesas familiares e acessar bens duráveis por isso, se veem forçados a buscar um segundo emprego.

Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009, indicam que a habitação representa a principal despesa das famílias brasileiras, alcançando (35,9%), seguida pela alimentação (19,8%), transporte (19,6%), assistência à saúde (7,2%), vestuário (5,5%) e educação (3%). Higiene e cuidados pessoais, recreação e cultura permanecem como despesas residuais entre as famílias brasileiras. Mesmo na ausência de uma análise detalhada da renda familiar, por meio das falas é possível evidenciar que os ganhos são insuficientes para a manutenção de suas famílias e para realização de projetos de vida: *“Eu precisava de mais dinheiro pra conseguir o financiamento do meu apartamento, precisava ter registrado uma renda melhor”* (Entrevista 06). Alguns entrevistados apontaram que a busca por um segundo emprego se mostrou como uma saída em momentos específicos como o nascimento de um filho não planejado, ou uma situação de doença de algum membro familiar. A aquisição da casa própria ou a separação conjugal também foram apontadas como acontecimentos que desencadearam a piora da renda familiar e a necessidade de buscar um ganho extra, através de um segundo trabalho. Mantendo-se em dois empregos alguns trabalhadores conseguem uma renda de até 6 SM, tornando possível a concretização de seus projetos de vida: *“Se não fosse esses dois empregos eu não teria digamos assim... o que nós construímos, é claro que com muita economia, mas casa própria, carro, moto, um pouco de lazer e coisa...”* (Entrevista 10).

A redefinição dos interesses materiais dependem de indicadores sociais como trabalho e distribuição de renda, suscetíveis à mudanças estruturais e conjunturais, conforme nos mostra a Síntese dos indicadores Sociais (2016), com base nos dados da PNAD do IBGE. Analisando-se a série histórica 2005-2015 evidencia-se o aumento de 39,9% de pessoas ocupando postos de trabalho formais, somando-se neste caso os trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência social. Outro aspecto positivo refere-se ao arrefecimento da desigualdade de renda, com progressiva redução do Índice de Gini, que em 2015 foi de 0,491 pontos, sendo que a renda média do brasileiro era de R\$ 1.270 reais. Santos (2013) sinaliza o recente processo de aumento da produção e consumo de bens duráveis no Brasil, principalmente a partir de 2008, observa o incremento de itens pelas famílias brasileiras como carros, motocicletas, aparelhos de DVD, televisores tela plana, celulares e computadores com acesso à internet. Mudanças estruturais ou conjunturais positivas como maior oferta de emprego e renda, efetivação de políticas de distribuição direta de renda permitiram maior acesso das famílias a estes itens, contudo, cabe frisar que a melhora progressiva da renda não foi a causa exclusiva do aumento do consumo. Para acessarem uma quantidade maior de bens duráveis muitas famílias buscaram o mercado de crédito, adquirindo dívidas a médio e longo prazo.

Santos (2003) destaca que através do consumo se realiza a inclusão social, dado que é por meio dele as famílias acessam um conjunto de direitos como moradia, alimentação, vestuário e lazer, contudo, ao buscarem um padrão de consumo de bens duráveis que ultrapassa a capacidade da renda familiar, acabam ingressando em um círculo vicioso de acesso ao crédito, nas diferentes modalidades. Os processos de endividamento e comprometimento da renda familiar acabam gerando efeito contrário àquilo que era inicialmente buscado, ou seja, gera a exclusão social, devido à inadimplência.

Cabe ainda salientar que, apesar do recente processo de incremento do consumo, sobretudo de bens duráveis, ainda persiste um quadro significativo de privação econômica das famílias brasileiras. Um quadro de carências e vulnerabilidades vivenciado pelas famílias brasileiras pode ser constatado pelos dados da Pesquisa Nacional em Saúde (2013). Destaca-se na análise, um conjunto de indicadores que determinam o padrão e estilo de vida das famílias: 38,9% dos adultos pesquisados foram classificados como sem acesso à educação por não possuírem o ensino fundamental completo; 30,8 % dos entrevistados possuem acesso precário aos serviços básicos domiciliares como água tratada, esgoto e coleta de lixo; 51,0 % dos adultos não possuíam acesso à internet no domicílio. Os bens duráveis também constitui-

se como importante indicador do padrão de vida, em 2013, 40,5% dos adultos não possuíam máquina de lavar, além disso, um número expressivo de pessoas fizeram uma autoavaliação negativa em relação à saúde e ao bem-estar, 33,9% dos adultos considerou seu estado de saúde como regular, ruim ou muito ruim (p. 84). Este quadro pode agravar-se se levarmos em conta o novo processo de estagnação e baixo crescimento econômico do Brasil iniciados em 2014, o que poderá impactar negativamente o mercado de trabalho e a renda das famílias (IBGE, 2016).

É oportuno salientar que a insuficiência de renda pode comprometer vários aspectos da vida das pessoas, podendo inclusive, significar diferentes graus de insegurança alimentar e privação de acesso a produtos e serviços, impactando negativamente o padrão de vida das famílias. Para evitar tais constrangimentos e para manterem-se na comunidade dos consumidores os trabalhadores recorrem ao aumento do trabalho, recorrendo à prática rotineira de horas extras, buscando um segundo emprego ou, como aponta Santos (2013) recorrendo ao crescente mercado de crédito e endividamento. Embora não tenhamos investigado a situação de acesso ao crédito e endividamento dos entrevistados, evidenciou-se pelas falas, a insuficiência da renda familiar para satisfação de todas as necessidades. Para o conjunto de pessoas entrevistadas a efetivação de um padrão de vida considerado como satisfatório, materialmente falando, só é possível mediante a permanência em dois empregos, o que por outro lado, afeta a qualidade de vida, dada as expressivas jornadas de trabalho e o reduzido tempo livre.

Comportamentos cada vez mais voltados para o consumo é uma consequência da sociedade industrial que, segundo Marcuse (1973), se coloca como totalitária na medida em que seu sistema de produção e distribuição exercem novas formas de controle sobre as necessidades individuais e sociais, os anúncios evocam e criam continuamente necessidades que extrapolam a simples manutenção do aparato biológico. De maneira geral, a satisfação dessas necessidades demandam mais trabalho sendo que os indivíduos são pré-condicionados a satisfazer continuamente certas necessidades que se colocam como predominantes e imprescindíveis. Segundo o autor, ao internalizarem um conjunto de valores sociais que exercem controle externo os indivíduos acabam se identificando com a sociedade, silenciando e reconciliando contradições existentes, fragilizando a possibilidade de questionar e se opor a realidade social.

Estes elementos se confirmaram em nossas entrevistas pois apesar de os trabalhadores apontarem a necessidade dos salários serem melhores, em nenhum momento questionaram a

duração das jornadas de trabalho, a necessidade ou possibilidade de redução para que pudessem dispor de maior tempo livre. Também não apontaram a necessidade de busca e promoção de melhoria das condições de trabalho, as falas apenas constataam certas dificuldades vividas nas atividades da agroindústria e na enfermagem, guardando suas proporções e especificidades. Isso demonstra que a preocupação central dos trabalhadores está voltada para o salário e sua capacidade de consumo, ao passo que demonstram certo distanciamento em relação ao debate das condições de trabalho e da duração das jornadas.

Segundo Marcuse (1973), o progresso técnico-científico tornou-se um instrumento de dominação, o pensamento unidimensional foi aos poucos sendo engendrado pelos meios de comunicação de massa que, ao repetirem continuamente determinadas ideias ou prescrições hipnotizam os indivíduos. O consenso acerca da necessidade de consumir e trabalhar cada vez mais são produzidos a partir de múltiplas instituições. Persuadidos e assediados pelas mercadorias a maioria da sociedade vivencia a condição de aceitação da miséria, das disparidades, do modo de produção. As tecnologias presentes na contemporaneidade exercem controle e coesão social, manipulando as necessidades individuais e sociais.

Seguindo essa linha de raciocínio é importante destacar que desde o final da década de 50 o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) realiza estudos sobre o salário mínimo comparando-o com os índices de custo de vida (ICV) das principais capitais brasileiras. Esses estudos demonstram que há no Brasil conexões entre superexploração do trabalho e a baixa remuneração, o salário mínimo não satisfaz todas as necessidades humanas elencadas na Constituição Federal de 1934 e reafirmadas na Constituição de 1988, o que impulsiona a busca por alternativas de complementação de renda (SILVESTRE, 2014). Os novos hábitos de consumo podem ser identificados nas falas, elas indicam uma constante alternância entre sacrifício e conforto pois, muitos pais, para ampliar o acesso ao consumo precisam trabalhar mais e, ao mesmo tempo em que conseguem certos níveis de conforto privam-se da convivência familiar e do repouso:

Eu fico devendo tempo a eles né, porém, graça a isso eu posso proporcionar coisas melhores pra eles, tipo...ah... passear no shopping, comprar uma roupa melhor, morar bem, andar de carro, o carro está sempre com gasolina entendeu? (entrevista 07)

Eu deixei muita coisa de lado, a atenção pros meus filhos, pra dar uma vida melhor pra eles. Minha filha fez faculdade, coisas que eu não tive, que eu não fiz, não podia fazer. Ela se formou, ela só foi trabalhar depois de formada. Ela ia pra outra cidade,

eu tinha que pagar o aluguel pra ela, eu tinha que dar o sustento pra ela (Entrevista 02)

Nessa fala é possível identificar também uma certa mudança de concepção em relação aos valores familiares que vão em direção a uma maior valorização da necessidade da formação e preparação dos filhos para o futuro. Vimos que nossos entrevistados são filhos de uma geração de pais que valorizavam o trabalho em detrimento do estudo: *“O meu pai, ele priorizava o trabalho e não o estudo. Ele dizia que precisava ajudar e tal. Eu fui estudar mesmo depois que eu casei”* (Entrevista 02). Neste caso a mesma pessoa que não teve oportunidade e incentivo familiar para a formação e que hoje possui dois empregos, realiza um esforço para que seus filhos possam ter uma trajetória de vida diferente, dedicando um tempo para a formação e postergando a entrada no mercado de trabalho.

Para esses trabalhadores que estão inseridos em um contexto de dois empregos, a margem de tempo livre encontra-se reduzida em relação a um trabalhador que possui apenas um emprego. Desta forma, realizam a todo momento uma espécie de conciliação forçada entre a vida profissional e a vida pessoal. A maior parte do tempo livre desses trabalhadores é direcionada para repôr as energias, sendo que a casa se constitui como o lugar privilegiado: *“Eu procuro descansar assim, bastante. As vezes a gente até sai, dá uma passeada, coisa assim. Muita pouca coisa”* (Entrevista 01). As falas indicam ainda a sensação contínua de cansaço e de pouca dedicação ao convívio familiar, às amizades e outras atividades: *“Eu queria fazer mais coisas em casa, eu queria fazer um curso de crochê, tricô coisa assim porque eu gosto de fazer estas coisas também”* (Entrevista 01). *“Tu tem que saber o que pode e o que não pode. Muita coisa que é em cima da hora eu não vou. Eu deixo de fazer muitas coisas”* (Entrevista 02).

Mesmo dispondo de pouco tempo livre alguns entrevistados realizam esforços para praticarem atividades físicas, procuram frequentar academias de musculação, fazer caminhadas ou pedalar. Conseguem aproveitar pequenos momentos de descanso e lazer, porém consideram que o tempo é insuficiente e que nem sempre conseguem dar continuidade a estas atividades. A maior parte do tempo livre é dedicada ao repouso, ao cuidado dos filhos ou familiares, e também ao cuidado da casa. Além da casa alguns entrevistados se referem à igreja como um espaço de escolha onde se dedicarem às amizades, participando de cultos e eventos religiosos. Colocados diante da possibilidade de mais tempo livre muitos entrevistados expressaram o desejo de se dedicar mais a projetos pessoais como voltar a

estudar e dedicar maior tempo ao convívio familiar: *“Se tivesse mais tempo livre, queria viajar, jantar fora né, ir no cinema com meus filhos, que faz falta, queira ou não queira...”* (Entrevista 03). Outros afirmaram nunca ter pensado nessa possibilidade.

Vimos neste capítulo, que apesar do avanço histórico em relação à regulamentação e redução da jornada de trabalho, contextos socioeconômicos relacionados aos baixos salários e a crescente demanda por consumo forçam muitos trabalhadores a exercer mais de um emprego e, adequar-se ao acúmulo de jornadas, reduzido assim a disponibilidade de tempo livre, componente importante para a qualidade de vida e bem-estar das pessoas. A combinação entre uma jornada de trabalho adequada e salários dignos permanece como um desafio a ser enfrentado na sociedade contemporânea.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos por meio desta pesquisa, identificar elementos motivadores, individuais e sociais que fazem com que certos indivíduos inserem-se e mantêm-se por longo período em um quadro de multiempregos. O estudo demonstra que o tema trabalho é complexo, por abarcar uma série de outros temas e conceitos como ideologia, gênero, renda, consumo, jornada de trabalho, condições de vida, entre outros. As vivências e percepções individuais dos entrevistados foram analisadas a partir de um conjunto teórico das ciências sociais, sobretudo do arcabouço marxista, utilizamos também de dados socioeconômicos e culturais que evidenciam mudanças históricas em relação ao temas embricados.

Identificamos que a dedicação exacerbada ao trabalho se apresenta para a maioria dos entrevistados como uma necessidade e que esta condição é multicausal, relacionado-se com a inserção precoce no mercado de trabalho, com a formação, baixos salários e o apelo exercido pela sociedade do consumo. Para a maioria dos entrevistados estar envolvido em meio a longas jornadas semanais de trabalho significa antes de tudo a oportunidade de ter um espaço na sociedade, poder cumprir certos papéis sociais conferindo assim sensações de utilidade, de realização pessoal, de independência em relação aos familiares, amigos e a sociedade em geral. Por outro lado, comporta também noções de sacrifício pessoal e familiar, a privação de pequenas atividades prazerosas, a sensação contínua de cansaço e falta de tempo e disposição para o lazer, repouso e estudos.

Percebe-se que apesar desses trabalhadores terem buscado melhora nas condições de vida e trabalho transitando por diferentes atividades, deslocando-se da agricultura para a agroindústria e posteriormente para outras atividades do setor terciário, melhorando seus níveis de formação, ainda não conseguiram estabelecer uma inserção satisfatória no mercado de trabalho que ofereça salários condizentes com as necessidades pessoais e familiares, assim como reduzidas jornadas de trabalho. Em contextos onde as relações sociais são mediadas principalmente pelo consumismo o trabalho continua sendo valorizado, sobretudo como um meio que possibilita acessar o consumo de produtos cada vez mais diversificados. Emprestando o conceito de tipos ideais de Weber podemos dizer que em certa medida o trabalho se constitui predominantemente como uma ação social racional com relação a fins pois, por meio dele os sujeitos buscam participação cada vez maior no consumo. O trabalho abarca também outros tipos ideais, mesmo que em menor escala, se constitui ao mesmo tempo

como ação social afetiva e tradicional na medida em que os sujeitos são motivados ao trabalho por sentimentos de orgulho ou motivados por costumes e hábitos arraigados.

Constata-se que a condição atual desses trabalhadores que se mantêm exercendo dois empregos simultâneos está diretamente relacionada com os condicionantes históricos, sociais e culturais de diversas ordens. Destaca-se neste sentido, a origem familiar desses trabalhadores que, em sua grande maioria são provenientes de famílias de agricultores pertencentes a uma geração que teve menor acesso à instrução escolar, situação que, de certa forma, foi estendida aos filhos pois, desde cedo foram incentivados mais para o trabalho do que para os estudos. O ethos ao trabalho intenso e contínuo se constitui como uma característica da sociedade capitalista moderna, porém, de uma forma particular na região do oeste catarinense, devido sua formação histórica atrelada a lógica da colonização por famílias imigrantes, na sua grande maioria, de origem italiana.

Nestes termos, a dedicação exacerbada ao trabalho pode ser compreendida como uma herança das gerações anteriores, dado a falta de oportunidade de construção de outras dinâmicas de vida para além do tripé trabalho, família e religião. Ao serem inseridos precocemente no mercado de trabalho, os trabalhadores passaram a experimentar um novo ciclo de vida, pautando-se na independência em relação aos familiares. Contudo, essa experiência de independência é construída a partir de uma inserção precária no mercado de trabalho, onde vivenciam baixos salários e a rotatividade em setores como indústria e comércio. A necessidade de buscarem novos patamares de formação e instrução que lhes proporcionam melhor colocação no mercado de trabalho foi percebida pelos trabalhadores que, passaram a conciliar simultaneamente trabalho e estudos, todavia o abandono temporário aos estudos é uma característica muito presente na trajetória de vida desses trabalhadores.

O uso preponderante do tempo para o trabalho relaciona-se também com a condição econômica desses trabalhadores e de suas famílias, condição que restringe suas possibilidades de formação acadêmica e acaba direcionando-os para realização de cursos de nível técnico, uma formação mais rápida e barata, que lhes confere certo deslocamento no mercado de trabalho e uma sensível melhora em relação as condições de trabalho e salários. Contudo, como vimos, o trabalho na sociedade capitalista é marcado por relações de exploração que se estendem aos diversos setores da economia, assim sendo, o setor terciário também se constrói pela lógica da precarização, com baixos salários, longas jornadas de trabalho, intensidade e rotatividade, elementos estes, muito presentes entre os trabalhadores da enfermagem, parcela que foi considerável entre nossos entrevistados.

Além da dimensão econômica, deparamo-nos com o valor cultural que as famílias atribuem ao trabalho, transmitindo aos filhos todo um construto ideológico no qual o trabalho passa a ser visto para além do campo da necessidade de subsistência, adquirindo sentido de um dever moral, constitutivo de qualidades como honestidade, esforço e vontade. Empregar a maior parte do tempo em algo que seja produtivo se tornou a lógica dominante dos comportamentos modernos, dado que o trabalho é um direito social que ganha posição privilegiada pois, a partir dele, abre-se a possibilidade de acessar outros direitos sociais como habitação, alimentação, saúde, educação, lazer, transporte, etc.

Apesar da persistência da centralidade do trabalho na vida individual e social, verifica-se que o valor pago aos trabalhadores não tem se mostrado suficiente para suprir suas necessidades, cada vez mais diversificadas e persuasivas. Torna-se conveniente ainda ponderar que até mesmo em cidades com expressivo potencial econômico, a geração de empregos nem sempre possui uma relação direta com o aumento da renda e da qualidade de vida e bem-estar dos trabalhadores. Observa-se a presença constante de ambiguidades e contradições nas falas dos trabalhadores entrevistados que, apesar de comumente atribuírem sentidos positivos em relação ao trabalho expressam também o tencionamento existente entre a necessidade de mais trabalho e consumo e a necessidade de maior tempo livre para o descanso e o convívio familiar.

Para finalizar, convém ressaltar que o *multiemprego* se constitui como uma das muitas formas de exploração do trabalho. A constante dinâmica do controle das jornadas de trabalho e dos salários exercida pelas classes detentoras dos meios de produção sobre os trabalhadores, evidencia a persistente disputa entre capital e trabalho. As mudanças históricas dos modelos produtivos que fizeram e fazem parte do sistema capitalista preservam e reinventam formas de exploração do trabalho, buscando maior racionalização e otimização dos tempos e dos diferentes tipos de recursos. A ampliação de direitos por parte da classe trabalhadora choca-se com os interesses das classes dominantes que, visando maiores margens de lucro tentam impedir que os trabalhadores desfrutem ao mesmo tempo, de jornadas de trabalho adequadas, previstas em lei e, um salário que lhes possa garantir além da sobrevivência física, um estilo de vida pautado na qualidade, no bem-estar e na cidadania plena.

6 REFERÊNCIAS

AFONSO, Luís Eduardo; PEREDA, Paula Carvalho; GIAMBIAGI, Fabio; FRANCO, Samuel. **O salário mínimo como instrumento de combate à pobreza extrema: Estariam esgotados seus efeitos?** Rev. Economia Aplicada, v. 15, n. 4, 2011, pp. 559-593

ANTUNES, Ricardo. **A Dialética do Trabalho. Escritos de Marx e Engels.** São Paulo. Expressão Popular, 1. ed. 2004.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos).

AQUINO, Cássio Ariano Braz; MARTINS, José Clerton de Oliveira. **Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho.** Revista Mal-estar e Subjetividade – Fortaleza – Vol. VII – Nº 2 – p. 479-500 – Set/2007. Disponível em: periodicos.unifor.br/rmes/article/download/1595/3577. Acesso em 07 maio 2017.

ANDREOLA, Neuri José. Os Brasileiros e os Estrangeiros: As relações de sociabilidade entre o grupo de brancos e o grupo de negros "em um bairro de Chapecó. Trabalho de Conclusão de Curso. UFFS, 2015.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Racionalização da Produção. Emprego e Trabalho. In: **Trabalho e Trabalhadores: significados e significâncias** / Org. Cleide Fátima Moretto. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. "A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo". Revista Economia e Sociedade, N. 21, 2012.

BOITO JR., Armando. "As bases políticas do neodesenvolvimentismo". Fórum Econômico da FGV-SP, 2012. Biblioteca virtual FGV-SP.

BRASIL. **Lei 12.317/2010.** Presidência da República, Casa Civil, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12317.htm. Acesso em 05/06/2017.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1999.** Senado Federal, Brasília, 1999. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/1486>. Acesso em 06/06/2017.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2295/2000.** Câmara dos Deputados, Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=17915>. Acesso em 06/06/2017.

BRASIL. **O Projeto de Lei nº 6.277/2002.** Câmara dos Deputados, Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=45931>. Acesso em 05/06/2017.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado N° 249, de 2006.** Câmara dos Deputados, Brasília, 2006. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/78803>. Acesso em 05/06/2017.

BRASIL. **Lei N° 8.856/94.** Presidência da República, Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei N° 7.626/87.** Presidência da República, Brasília, 1987.

BRASIL. **Lei N° 7.394/85.** Presidência da República, Brasília, 1985.

BRASIL. **Lei N° 8.906.94.** Presidência da República, Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei N° 7.430/87.** Presidência da República, Brasília, 1987.

BEN, Fernanda. **Trabalhadores da Indústria Frigorífica: experiência dos operários.** Cadernos do CEON. Ano 19 n. 25. UNOESC Campus Chapecó, dezembro de 2004.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **Instruídas e Trabalhadeiras.** Trabalho Feminino no final do século XX. Cadernos Pagu (17/18) 2001/02: pp. 157-196.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Martínez **Revedo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico.** São Paulo, FCC/DPE, 2010.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. **Tempos De Trabalho, Tempos De Não Trabalho: Vivências Cotidianas De Trabalhadores.** (Tese de Doutorado). (Programa de Pós – Graduação em Sociologia) FFLCH – USP. São Paulo, 2007. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/.../8/.../TESE_ANA_CLAUDIA_MOREIRA_CARDOSO.pdf. Acesso em 07 maio 2017.

CATTANI, Antonio David. **As Desigualdades Recriadas pelo Trabalho.** In: Trabalho e Trabalhadores: significados e significâncias / Org. Cleide Fátima Moretto. - Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia.** Coleção Primeiros Passos, 2. ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 2008.

CHAVES, Antonio Marcos; MATTOS, Elsa de. **As Representações Sociais do Trabalho Entre Adolescentes Aprendizizes – Um Estudo Piloto.** Rev Bras Crescimento e Desenvolv Hum.2006;13(3): 66-75.

DAL ROSSO, Sadi. **A Jornada de Trabalho na Sociedade. O Castigo de Prometeu.** Editora LTr – São Paulo, 1996.

Jornada de Trabalho: Duração e Intensidade. Cienc. Cult. vol.58 n.4 - São Paulo Oct./Dec. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400016. Acesso em 20/07/ 2017.

DIEESE. **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos.** Salário Mínimo Nominal e Necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 02 de nov. de 2017.

ENGEL, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução. B. A. Schumann. - São Paulo: Boitempo, 2010.

FERREIRA, Camila Lopes. **Trabalhado, tempo livre e lazer: uma reflexão sobre o uso do tempo na sociedade brasileira**. (Dissertação de Mestrado). Engenharia de produção. Universidade Tecnológica do Paraná. 2010.

FENAFAR (Federação Nacional dos Farmacêuticos). **Redução de jornada de trabalho para o farmacêutico: Uma luta dos trabalhadores pela valorização do trabalho e ganho de qualidade para a população brasileira**. Fenafar, 2016. Disponível em: www.fenafar.org.br/images/PDF/fenafar_30_horas_03_2016.pdf. Acesso em 29 abr. 2017.

GOETTERT, Dari Jones. **AOS “VADIOS” O TRABALHO: CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE REPRESENTAÇÕES SOBRE O TRABALHO E A VADIAGEM NO BRASIL**. Revista Formação – Edição Especial – nº 13 v.2. 2006. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/628/642. Acesso em 19/06/2017.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho: Crítica da Razão Econômica**. São Paulo. Annablume, 2003.

HASENBALG, Carlos. A Transição da Escola ao Mercado de Trabalho. In: **Origens e Destinos: Desigualdades sociais ao longo da vida**. Topbooks – Rio de Janeiro, 2003.

LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil**. São Paulo, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

MACHADO, Maria Helena; SANTOS, Maria Ruth dos; WERMELINGER, Mônica; VIEIRA, Mônica; FILHO, Wilson Aguiar. **Condições de trabalho da enfermagem no Brasil: uma abordagem a partir da pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil**. Revista Divulgação em Saúde para debate. Centro Brasileiro de Estudos em Saúde. (CEBES) Rio de Janeiro, n. 56, ano 2016.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. O homem unidimensional. Tradução de Giasone Rebuá. Zahar Editores. 4ª ed. Rio de Janeiro. 1973.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07/pdf>. Acesso em 20 de julho de 2017.

MEZZALIRA, Cristiane. **A Questão da Saúde do Trabalhador na Agroindústria de Chapecó**. Tese de Pós-Graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O Desafio da Pesquisa Social. In: DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. Despesas, Rendimentos e Condições de Vida**. Rio de Janeiro, 2010.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2016**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica nº 36.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. “Dez anos de Políticas públicas para as mulheres”. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-liberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/Flasco, 2013.

OLIVEIRA DC et al. **Representações sociais do trabalho: uma análise comparativa entre jovens trabalhadores e não trabalhadores**. Ciência e Saúde Coletiva, 15 (3): 763-773, 2010. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000300019. Acesso em 18/06/2017.

OIT. Secretaria Internacional do Trabalho Brasil. **Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica 2006-2015**. Brasília, 2006. Disponível em: www.oitbrasil.org.br/node/303. Acesso em 03 de outubro de 2017.

RAMOS, Tiago Paixão. **JORNADA DE TRABALHO NO BRASIL: Revisão de Literatura. As visões das Classes Sociais e do Estado e as Atuais Limites e Possibilidade da sua redução**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso em 30 de abr. 2017.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício ético da nação brasileira no oeste catarinense**. 2ª ed. Argos. Chapecó, 2006.

RENK, Arlene, DORIGON, Clovis. (Orgs.) **Juventude rural, cultura e mudança social**. Chapecó: Argos, 2014.

RETONDAR. Anderson Moebus. **A (Re)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades**. Sociedade e Estado. Brasília, V. 23, nº 1, p. 137-160. jan./abr 2008.

REQUIXA, Renato Antônio Quadros de Souza. **Renato Requixa. (Depoimento, 2001)**. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF / UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/50061>. Acesso em 30 abr. 2017.

SABINO, Geruza Tomé. **Empreendedorismo: reflexões críticas sobre o conceito no Brasil**. Anais do VII Seminário do Trabalho. Trabalho, Educação e Sociabilidade. 2010. Disponível em: www.estudosdotrabalho.org. Acesso em 24/09/17

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade De Classes Mito e Realidade**. 3ªed. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013.

SANTOS, Eduardo Luiz Insaurriaga dos. **A expansão do consumo de bens duráveis pelas famílias brasileiras via ampliação do mercado de crédito no Brasil, desde 2008: inclusão social ou endividamento social?** Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2013.

SEBRAE. Santa Catarina em Números. Chapecó. Sebrae/SC, 2010. Disponível em: <http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/arquivo/Chapeco.pdf>

SILVESTRE, Bárbara Alves. **Supereexploração da força de trabalho e salário mínimo no Brasil**. 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17378>>. Acesso em 14 abril. 2017.

SINGER, André. "O sonho rooseveltiano do segundo mandato" In: Os sentidos do lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **A invisibilidade da Luta de Classes ou a Cegueira do Economicismo**. In: A “Nova Classe Média” no Brasil como Concito e Projeto Político. BARTELT, Dawid Danilo. (Org.) Rio de Janeiro, 2013.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo**. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo – Companhia das Letras, 2004.

7 ANEXOS

7.1 ROTEIRO UTILIZADO NAS ENTREVISTAS

Representações e significados em relação ao trabalho

- O que significa o trabalho para você?
- Fale sobre suas primeiras experiências com relação ao trabalho
- Você ficou desempregado em algum momento da sua vida?
- Você recebeu seguro-desemprego?
- Você conhece alguém que não trabalhe?
- O que você acha dessa pessoa?

Trabalho e Família

- Durante o período de infância e adolescência que lembranças você tem do trabalho?
- Todos os membros trabalhavam?
- Havia muita cobrança para que os filhos trabalhassem?

Questão dos dois trabalhos

- Há quanto tempo você se dedica a dois trabalhos?
- Por que ela se dedica a dois trabalhos?
- Como você organiza o seu tempo?
- O que você faz no seu tempo livre?
- Você pretende continuar trabalhando em dois empregos?

Convivialidade

- O que a sua família diz sobre o fato de você ter dois empregos?
- Quanto tempo da sua semana você se dedica a sua família?

Impactos de se ter dois empregos

- Você percebe algum aspecto negativo no fato de ter dois trabalhos?

Tempo livre

- O que você faria se tivesse mais tempo livre?
 - Como você organiza as suas férias? O que você faz nas suas férias?
 - Há quanto tempo não tira férias? Você não sente falta de férias?
-
- Você gostaria de falar mais alguma coisa que não foi perguntado?

7.2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso da Acadêmica da Universidade Federal Fronteira da Fronteira Sul Marlova Andréia Bosetti, registrada sob a matrícula nº 1121741008. A pesquisa tem como objetivo analisar as percepções individuais em relação ao trabalho, entre trabalhadores que possuem duplo emprego. Para a presente pesquisa faremos entrevistas com o uso de gravador de voz.

Por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar a identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

Eu, _____ declaro estar ciente das informações constantes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa, recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste Termo permanecerá arquivada com o coordenador da Pesquisa.

Chapecó, ____ de _____ de 2017.

Participante: _____

Assinatura do Pesquisador: _____